

A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO GETÚLIO VARGAS  
(1951-1954) NA DEPOSIÇÃO DE JACOBO ARBENZ  
E O FIM DA ALIANÇA ESTRATÉGICA ENTRE  
BRASIL E ESTADOS UNIDOS

*Roberto BAPTISTA JUNIOR\**

*Recibido el 24 de abril de 2014; aceptado el 15 de marzo de 2015*

*Abstract*

This paper focuses on the role played by the presidency of Getúlio Vargas (1951-1954) on the deliberate political isolation of Guatemala in international organizations such as the Organization of American States (OAS) and ONU's security council, achieved through diplomatic maneuvers orchestrated in close cooperation with the American government. The article sustains that Brazilian foreign politics at the time were influenced primarily by a strategic relationship with the United States; by a fierce anti-communism prejudice of the Brazilian authorities and by the legal tradition of the Brazilian diplomacy that sought to strengthen OAS as a means to protect the hemisphere against Peronism, the communist ideology and thus the USSR.

Key words: *Brazilian Foreign Policy, Cold War, Arbenz Government, Diplomacy and Anticommunism.*

*Resumo*

Este artigo procura discutir a participação do governo Getúlio Vargas (1951-1954), por meio das ações da diplomacia brasileira, em estreita cooperação com o governo norte-americano, no progressivo isolamento político da Guatemala em organizações internacionais, tais como a

\* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e pesquisador do Grupo de Estudos sobre a Guerra Fria, Universidade de São Paulo, Brasil.

Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Conselho de Segurança da ONU. Trabalha-se com a idéia de que a orientação da política externa brasileira no período foi motivada, sobretudo pela parceria estratégica com os Estados Unidos; pelo arraigado anticomunismo das autoridades brasileiras e pela tradição jurídica da diplomacia brasileira que privilegiava o fortalecimento da OEA como principal mecanismo de segurança do hemisfério contra o peronismo, a ideologia comunista e consequentemente a URSS.

Palavras chave: *Política externa brasileira, Guerra fria, governo Arbenz, anticomunismo e diplomacia.*

### *Introdução*

No dia 27 de junho de 1954, Jacobo Arbenz Guzmán renunciava à Presidência da Guatemala, após a invasão de seu país por tropas mercenárias lideradas pelo ex-coronel exilado, Castillo Armas. Sua renúncia configurava-se com um último ato na tentativa de evitar a possibilidade de uma intervenção direta do governo norte-americano. Durante os meses que antecederam sua renúncia, o governo Eisenhower, baseado na crença de que o governo Guatemala “estaria infiltrado por comunistas” orquestrou uma série de operações clandestinas, conhecidas como operações de guerra psicológica, que tiveram como objetivo minar a autoridade do presidente guatemalteco.

A substituição de Arbenz pelo coronel exilado acrescentaria à já instável região central do continente americano um novo ditador anticomunista e forte aliado dos Estados Unidos. O episódio desestabilizou o país nos anos posteriores que sucederam a renúncia, transformando a Guatemala num cenário marcado por conflitos civis causando, nas décadas posteriores, uma série de violações aos direitos humanos resultando em um total aproximado de 200.000 vítimas, para uma população de 10 de milhões de habitantes.

Os detalhes a respeito do envolvimento do governo norte-americano na deposição de Arbenz são fruto de uma rica e extensa produção historiográfica sobre o assunto que tem como principais expoentes: Richard Immerman, Stephen Schlesinger, Stephen Kinzer e Piero Gleijeses.<sup>1</sup> Esta

<sup>1</sup> Cf. Streeter, Stephen M., “Interpreting The 1954 U.S. Intervention in Guatemala: Realist, Revisionist, and Postrevisionist perspectives”, *The History Teacher*, vol. 34, no. 1, (nov., 2000), pp. 61-74; Immerman, Richard H. *The CIA in Guatemala: the foreign policy of intervention* Austin: University of Texas Press, 1983; Schlesinger, Stephen, *et al.*, and Stephen Kinzer, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala*, Garden City, NY: Doubleday, 1982; Gleijeses, Piero, *Shattered Hope: The Guatemalan*

historiografia apesar de rica e extensa, apresenta um desafio ao historiador latino-americano, uma vez que a produção historiográfica norte-americana referente a Guerra Fria situa-se, na maioria das vezes em torno de debates próprios da historiografia norte-americana, obscurecendo, portanto, a participação de atores secundários, mas não menos importantes, como o caso do governo brasileiro.<sup>2</sup>

Procura-se recuperar neste texto a participação do governo Getúlio Vargas (1951-1954), por meio das ações da diplomacia brasileira, em estreita cooperação com o governo norte-americano, no progressivo isolamento político da Guatemala em organizações internacionais, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Conselho de Segurança da ONU. Trabalha-se com a idéia de que a orientação da política externa brasileira no período foi motivada, sobretudo pela parceria estratégica com os Estados Unidos; pelo arraigado anticomunismo das autoridades brasileiras e pela tradição jurídica da diplomacia brasileira que privilegiava o fortalecimento da OEA como principal mecanismo de segurança do hemisfério contra o peronismo, a ideologia comunista e consequentemente a URSS.

Cabe ressaltar que o combate ao comunismo pelas autoridades brasileiras não era algo inédito, nem uma consequência da amizade entre Brasil e Estados Unidos e tampouco um instrumento retórico destinado a atrair investimentos norte-americanos a serem aplicados em um projeto nacional desenvolvimentista no pós-guerra. A noção de uma “ameaça vermelha” há muito havia sido alimentada por vários canais, inclusive oficiais, dentre os

*Revolution and the United States 1944-1954*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991. Para um panorama historiográfico sobre a destituição regime Arbenz ver o primeiro capítulo intitulado: “La Revolución Guatemalteca y la política hemisférica de los Estados Unidos. Un comentario sobre la historiografía de un evento decisivo de la Guerra Fria. Cf. García Ferreira, Roberto. *La CIA y el caso Arbenz*, Guatemala, Universidad de San Carlos de Guatemala, Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 2009, pp. 85-95. Acerca da nova produção historiográfica sobre a Guerra Fria na América Latina, Cf. Spenser, Daniela (coord.), *Espejos de la Guerra Fria: México, América Central y el Caribe*, México, CIESAS-Porrúa, 2004.

<sup>2</sup> Este artigo originalmente foi escrito como um capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2001. No ano de 2012, meu colega de pós-graduação junto ao Programa de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Federico Dominguez Ávila, em artigo, também analisou a percepção dos diplomatas brasileiros frente a questão Arbenz. Cf. Domínguez Ávila, Carlos Federico. “Guerra Fria na América Latina: olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala” (1954), *Revista Contemporânea*, vol. 2, (2012), pp. 51-81.

quais o próprio Itamarati.<sup>3</sup> Esse órgão, tradicionalmente formado pelas elites do país, prontamente identificou a Revolução Russa como uma ameaça externa às instituições nacionais.<sup>4</sup> Assim, antes mesmo da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a preocupação com o movimento comunismo já fazia parte do cotidiano funcional dos diplomatas brasileiros.

Até a década de 1960, o Itamarati seria regido por autoridades anticomunistas com destacada atuação na ditadura Vargas. A permanência de políticos conservadores e anticomunistas a frente da chancelaria brasileira possibilitou a manutenção no Itamarati de uma elite burocrática igualmente conservadora e anticomunista que influenciaria a política externa brasileira pelo menos até o final da década de 1950. É portanto dentro deste prisma que deveremos analisar a atuação da diplomacia brasileira no progressivo isolamento do governo Arbenz no cenário interamericano.

### *A Guatemala e o fim da Segunda Guerra Mundial*

A construção da retórica acerca de um progressivo envolvimento do governo guatemalteco com o comunismo inicia-se com a volta do país à democracia, provocada pela derrocada de Jorge Ubico e do general Federico Ponce Valdés na chamada Revolução de 20 de Outubro em 1944. Imediatamente após sua queda formou-se uma junta diretiva que governaria o país até a eleição do professor Juan José Arévalo, em junho 1945.<sup>5</sup>

De personalidade carismática Arévalo era descrito pelo representante diplomático brasileiro na Cidade da Guatemala, Carlos da Silveira Martins Ramos, como uma pessoa de temperamento “impulsivo, arbitrário e desconcertante”, apoiado politicamente pelo Partido Ação Revolucionária,

<sup>3</sup> Cf. Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*, Brasília EdUnB, 1994; Chilcote, Ronald H. *Brazil and its radical left: an annotated bibliography on the communist movement and the rise of Marxism, 1922-1972*, Millwood, N.Y., Kraus International, 1980; Lenharo, Alcir. *A sacralização da política*, Campinas, Papyrus, 1986; Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, 2ª ed. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

<sup>4</sup> Cf. Hilton, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*, Austin, University of Texas Press, 1991.

<sup>5</sup> A junta diretiva encarregada de administrar o governo e preparar as eleições era formada por Jorge Toriello, Jacobo Arbenz e Francisco Javier Arana. Grandin, Greg, *A revolução guatemalteca*; tradução Luiz Antônio de Araújo, São Paulo, Editora UNESP, 2004, p. 15.

organização que “nutria simpatias pela URSS”.<sup>6</sup> O líder guatemalteco na visão do diplomata brasileiro não seria comunista, mas um progressista. Rejeitava a adoção da doutrina marxista, mas se auto intitulava um socialista espiritual. Possuía uma visão filosófica em que a democracia deveria operar como um sistema social apoiado por um estado forte, apto a promover reformas em benefício da população.

Durante seu governo implementou uma série de reformas sociais, sendo a mais importante a criação de um código trabalhista que estabelecia o princípio do salário mínimo e a criação de parâmetros objetivando melhores condições de trabalho. Estas reformas por afetar interesses de empresas estrangeiras no país, em especial a United Fruit Company (UFCO), foram inicialmente identificadas pelos setores produtivos como reformas de caráter nacionalista ou mesmo comunista.<sup>7</sup>

Alijada do poder, a elite local procurou resistir às reformas sociais promovidas pelo governo por todos os meios possíveis, inclusive tentativas de insurreição. Contabilizaram-se na administração Arévalo mais de 30 tentativas de golpe, sendo que maioria deles foi debelada pelo então ministro da defesa Jacobo Arbenz.<sup>8</sup> A mais séria ocorrera em julho de 1949 com o assassinato do militar e líder revolucionário Francisco Javier Arana.

Logo após o sucesso da Revolução de Outubro, Arana e Arbenz, ambos militares e integrantes da junta diretiva deram início a uma grande rivalidade na disputa por espaço político durante a gestão do governo Arévalo. Arana de perfil nacionalista, mas conservador, atuava como uma espécie de contrapeso aos membros do governo interessados em promover políticas sociais progressistas no país, caso de Arbenz. Um balanço de forças bem delicado que foi chegando a exaustão a medida que as eleições presidenciais se aproximavam. Arbenz seria escolhido como candidato das “forças revolucionárias majoritárias”, apoiado por grande parte da

<sup>6</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (adiante AHMRE-BR), Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício confidencial no. 80, Guatemala, 18 de mai. 1948.

<sup>7</sup> A United Fruit Company foi fundada em 1899. Na época do governo Arévalo, era a maior produtora e exportadora de bananas no mundo. Suas operações se concentravam na Guatemala, Honduras e Costa Rica. Nestes países ela possuía um total de 1.000.000 de acres em produção de bananas. As outras duas grandes empresas na Guatemala eram a International Railways of Central America (IRCA) e a Empresa Elétrica. A UFCO possuía 42.6% da IRCA. Cf. Gleijeses, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States*, p. 89.

<sup>8</sup> Sobre a personalidade de Arbenz e sua trajetória político intelectual *vide*. García Ferreira, Roberto. “La Revolución guatemalteca y el legado del Presidente Arbenz”, *Anuario de Estudios Centroamericanos*, Universidad de Costa Rica, no. 38, pp. 41-78, 2012.

população que havia sido beneficiada pelas reformas sociais. Arana agrupava em torno de si o apoio da elite guatemalteca, dos finqueiros, da igreja e de parte das forças armadas.

Em meados de julho de 1949, Arana temendo a futura vitória de Arbenz, antecipou-se ao pleito eleitoral exigindo que Arévalo reformasse seu gabinete e afastasse de seu governo os chamados arbencistas. Caso contrário, seria deposto. Se a manobra obtivesse sucesso, eliminaria a influência de Arbenz no governo facilitando sua eleição. Arévalo pediu alguns dias para realizar a reforma e após a saída de Arana do gabinete presidencial, solicitou com sucesso ao legislativo da Guatemala a destituição de Arana de suas funções, sob a acusação de traição. Ao receber sua ordem de prisão, Arana recusou-se a se entregar as autoridades guatemaltecas e procurou se defender publicamente, declarando ser vítima dos comunistas e de Arbenz. Logo após esta declaração anunciou que se dirigiria as proximidades do lago Amatilan para averiguar a descoberta de um carregamento clandestino de armas supostamente destinado a um golpe de estado que seria perpetrado por Arbenz. Ao chegar ao local foi assassinado. A notícia de sua morte levou a imediata insubordinação da unidade militar que liderava. Após três dias de combate, a rebelião foi finalmente sufocada pelas forças leais do governo lideradas por Arbenz. Entre os líderes amotinados, destacava-se o nome do coronel Carlos Castillo Armas.

Eliminava-se assim o único candidato das forças conservadoras capaz de disputar as eleições presidenciais em certa condição de igualdade com Arbenz. Não por acaso, Arbenz seria apontado pelos partidários de Arana como principal responsável por sua morte, chegando a ser formalmente acusado durante gestão de Castillo Armas. Ao mesmo tempo em que Arbenz era acusado, personalidades leais ao governo como o Carlos Manuel Pellecer, diretor do periódico *El Libertador*, órgão da imprensa do partido “Ação Revolucionária”, levantava a hipótese de o assassinato ter sido planejado pela embaixada norte-americana. A despeito das acusações de ambos os lados, nunca se chegou a uma conclusão plausível sobre a autoria do crime. O próprio governo guatemalteco de forma enigmática fez muito pouco para elucidar o assassinato. A suposta inércia de Arévalo é explicada pelo historiador Piero Gleijeses como uma forma apaziguar as forças domésticas. Ainda segundo autor italiano, o episódio assinalava uma virada nos rumos da Revolução de Outubro.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Gleijeses, Piero, “The Death of Francisco Arana: a Turning Point in the Guatemalan Revolution”. *Journal of Latin American Studies*, no. 22, pp. 527-552, 1990.

Esta visão encontra ressonância na análise pragmática e realista da situação por parte de Carlos da Silveira Martins Ramos ao comentar o encontro entre Arévalo e o embaixador norte-americano no país, Thomas G. Patterson. O encontro teria sido motivado pelo protesto do governo norte-americano frente às acusações tecidas por Pellecer. De acordo com o relato do encontro dado a Martins Ramos pelo próprio Patterson, por ocasião de uma recepção na embaixada norte-americana, Arévalo após ouvir as queixas norte-americanas, acompanhadas de ameaças de retaliação econômica, teria afirmado que antes do fim do mês iniciaria uma reforma geral em seu gabinete ministerial, excluindo, entre outros Enrique Muñoz Meany, ministro das Relações Exteriores.

A notícia da reforma ministerial foi interpretada por Martins Ramos como um sábio recuo do governo Arévalo. O diplomata brasileiro transparecia em suas análises assistir a uma contenda, mantendo uma postura arbitral e paternal, entre o direito de um pequeno país exercitar sua independência e o exercício de geopolítica dos Estados Unidos no controle de sua área de influência mais próxima. Martins Ramos tinha um carinho paternal pela democrática Guatemala e a Revolução de Outubro. Diplomata experiente, tendo atuado na Guerra Civil espanhola, Ramos não possuía ilusões quanto ao descomunal peso entre os dois países.

É pois de se esperar que, com as reformas previstas a política externa da Guatemala sofra algumas alterações, mantendo-se dentro de uma linha mais discreta e de mais compostura. A intervenção norte-americana já estava tardando muito. Sua displicência é em parte responsável pela situação de intranquilidade que vem perturbando os países centro-americanos e da região do mar das Caraíbas, com visível perigo para a paz continental [...] Diante dessa situação, não é de se estranhar que o presidente Arévalo, sacrificando seus princípios e o seu socialismo espiritual inquietante, se disponha afinal, sob a pressão de Washington, a reexaminar as linhas diretrizes de sua política externa, alertando-lhe o rumo em benefício próprio e de sua pequena pátria.<sup>10</sup>

Em relação ao comentário tecido por Martins Ramos frente a política externa da Guatemala no período é importante ressaltar a relação entre Juan José Arévalo e o grupo paramilitar conhecido como Legião do Caribe. Este grupo formado em 1948 por militares e políticos dissidentes exilados de

<sup>10</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício confidencial no. 201, Guatemala, 11 de ago., 1949.

diversas nacionalidades teve como objetivo o desenvolvimento de intuições democráticas no Caribe, por meio ações paramilitares contra governos ditatoriais no Caribe como a Nicarágua e a República Dominicana. Para isso contavam com o apoio dos governos da Guatemala e da Costa Rica. Neste sentido, Arévalo foi um dos governantes que mais apoiou a iniciativa. As ações da Legião provocaram a reação das ditaduras caribenhas provocando grande instabilidade da região caribenha no período entre 1947 a 1949. O último ato da Legião ocorreu em junho de 1949 quando um grupo dissidente sediado na Guatemala tentou invadir sem sucesso a República Dominicana.<sup>11</sup>

Voltando ao governo Arévalo, é bastante provável que o recuo promovido pelo governo Arévalo representasse uma estratégia para garantir a estabilidade democrática do regime e a realização das eleições gerais que se aproximavam. Neste sentido, em 10 de agosto de 1949, Arévalo recebeu de seu ministério um pedido de demissão coletiva. Este ato, no entanto, foi posteriormente interpretado por Martins Ramos como inepta uma vez que foram removidos apenas três ministros (agricultura, relações exteriores e crédito público). Ainda de acordo com Martins Ramos a pressão do Departamento de Estado teria tido sucesso, apenas, com a eventual substituição de Arbenz e de Alfonso Bauer Paiz, ministro da economia, apontado como principal responsável pelos conflitos com as empresas estrangeiras.<sup>12</sup> Assim a relação entre os dois governos manteve-se conflituosa culminando com a solicitação verbal de Arévalo, junto ao governo dos EUA, em abril de 1950, para que Patterson fosse retirado do país sob acusação de intervenção nos assuntos internos da nação.

Em setembro de 1950, as vésperas das eleições agendadas para novembro, o governo Arévalo procurou assegurar a estabilidade política por meio de uma postura mais anticomunista e de maior cooperação internacional. Nesse sentido, por meio do Ministério do Interior, ordenou o fechamento de escolas e associações supostamente comunistas, restringiu a imprensa operária, ratificou o Tratado do Rio e enviou ao Congresso projeto de lei contra a formação e funcionamento de organizações políticas de

<sup>11</sup> A respeito da Legião do Caribe *Vide*. Gleijeses, Piero. Juan Jose Arevalo and the Caribbean Legion. *Journal of Latin American Studies*, vol. 21, no. 1 (Feb., 1989), pp. 133-145. Curiosamente esta tentativa de invasão da República Dominicana foi repelida com o auxílio de aviadores mercenários brasileiros que haviam sido contratados por Trujillo para treinar a Força Aérea da Nicarágua. *Cf.* “Brasileiro repeliu invasão em 1949”, *Jornal Folha de São Paulo*, 8 de dezembro de 1996, pp. 21-22.

<sup>12</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício confidencial no. 203, Guatemala, 19 de ago. 1949.

caráter internacional ou estrangeiro. Esta iniciativa, no entanto, provocou nova crise política, resultando na demissão do ministro interior e na reversão das medidas restritivas.<sup>13</sup> O próprio Arbenz a despeito de ser o candidato preferido dos revolucionários e franco favorito a vencer as eleições também adotou um discurso eleitoral moderado.<sup>14</sup>

### *A eleição de Jacobo Arbenz Guzmán*

As eleições presidenciais ocorreram sem maiores surpresas tendo como resultado a consagração de Arbenz nas urnas. Em seu discurso inaugural, o novo governante confirmou seu programa de governo ao anunciar que sua administração não se limitaria apenas a dar continuidade a gestão de Arévalo, mas complementaria as reformas sociais iniciadas no governo anterior sendo que mais importante seria a reforma agrária. Até este momento, a indicação de que Arbenz adotaria seu moderado conteúdo programático e conseqüentemente um programa de reforma agrária não alteravam as expectativas quanto a nova administração.

Se bem que haja sido eleito pelos partidos de esquerda e da extrema esquerda, inclusive os comunistas, o Tenente Coronel J. Arbenz se acha politicamente falando, mais próximo ao tipo laborista inglês. Sua plataforma política, de que já dei conhecimento a Secretaria de Estado, em ofícios anteriores, contém uma síntese do que será o governo a inaugura-se a 15 de março vindouro.

As recentes eleições confirmam um fato auspicioso: a democracia criou raízes na Guatemala, o regime democrático consolida-se rapidamente e é de se esperar que nenhuma perturbação venha, de futuro, entorpecer a evolução política deste pai, que entre outros, sofreu mais de longas e oprobriasas ditaduras.<sup>15</sup>

Para delinear e colocar seus projetos em prática, Arbenz contaria com ajuda de membros da esquerda guatemalteca. Assim, ao invés de afastá-los, como se esperava, Arbenz estreitou laços de cooperação, em especial com

<sup>13</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício reservado no. 270, Guatemala, 20 de out. 1950. Meu agradecimento especial a Roberto García Ferreira que gentilmente cedeu todos os documentos do Itamaraty de caráter “reservado” utilizados neste artigo.

<sup>14</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício reservado no. 273, Guatemala, 22 de out. 1950.

<sup>15</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício reservado no. 294, Guatemala, 14 de nov. 1950.

os comunistas ao contar com a colaboração de José Manuel Fortuny, Víctor Manuel Gutierrez e Carlos Manuel Pellecer para esboçar seu projeto de Reforma Agrária que seria aprovado no ano seguinte.<sup>16</sup> Coincidente também no mesmo ano foi fundado o Partido Guatemalteco de Trabajo (PGT), cujo principal líder seria Fortuny. Carlos da Silveira Martins Ramos considerava este tipo de cooperação de Arbenz com os comunistas um equívoco e novamente em tom paternal advertia:

Contrariando as melhores expectativas, o governo do Presidente Tenente-Coronel Jacobo Arbenz, inaugurado a 15 de março último, num ambiente senão de simpatia, de boa vontade geral, tem desfrutado as esperanças de quantos confiavam na ação energética do jovem Chefe de Estado, para contrarrestar, ou antes, frear, dentro do quadro constitucional, as atividades dos extremistas de esquerda, isto é, dos comunistas e dos seus simpatizantes que constituem o núcleo principal do partido governista 'Ação Revolucionária'.

[...] Do exposto, verifica-se que, ao contrário dos prognósticos com que foi saudada a inauguração do governo do presidente J. Arbenz, o comunismo se vigoriza e vai estendendo os seus tentáculos, adquirindo personalidade, conquistando postos no governo ou junto a ele. O presidente, por indiferença ou por desprezar a potencialidade numérica do comunismo, ou ainda por pretender interpretar em toda sua amplitude o que se entende por democracia, está se divorciando da tradição americana, singularizando-se numa posição em momento de crise mundial, que, com o correr do tempo, há de trazer ao seu governo dias de incerteza e de amargura, além de inutilizar os melhores esforços pelo desenvolvimento econômico e industrial da Guatemala. E se a ditadura, com todos seu séqüitos de opróbrios retornar ao poder, a história há de apontá-lo como o verdadeiro 'enterrador' do regime guatemalteco.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> A nova lei estipulava que somente as terras não utilizadas deveriam ser expropriadas. Estas terras teriam valor estabelecido pelo valor declarado no imposto de renda, com pagamento previsto por meio de bônus emitidos pelo governo com validade de 25 anos e o valor da terra seria estabelecido pelo valor declarado no imposto de renda. Arbenz tencionava quebrar o poder da UFCO. Durante anos a UFCO havia subavaliado suas terras, assim a Reforma Agraria representava um duro golpe para a empresa. A UFCO havia perdido com a Reforma 407.000 acres e exigiu indenização de US\$19.355.000. Baseando-se nas declarações de imposto de renda da empresa, o governo Arbenz ofereceu apenas US\$1.185.000. Na verdade, a lei de Reforma Agrária era mais branda que a lei aprovada no México na década de 1940. Também era mais branda que o modelo proposto pela Aliança para o Progresso na década de 1960. Cf. Schlesinger, Stephen, *et al.*, and Stephen Kinzer, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala*, p. 55.

<sup>17</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, ofício confidencial, Guatemala, 22 de jun. 1951.

É interessante ressaltar que tanto nas análises de Martins Ramos, como em outros documentos de diferentes diplomacias, sempre se encontra presente o discurso retórico liberal a respeito da ingenuidade e, porque não “ignorância”, de um líder político latino-americano em trabalhar com as “maquiavélicas” lideranças comunistas.

Era esta imagem de Arbenz que sobressaia nas análises da área política do Itamarati e conseqüentemente contribuía para formar a opinião do principal mandatário do Brasil, Getúlio Vargas, sobre a situação na Guatemala. As fontes documentais pesquisadas indicam que no ano de 1953 o Itamarati, em pelo menos duas ocasiões, forneceu ao Gabinete da Presidência da República informações específicas sobre o governo Arbenz.

A primeira ocorreu em fevereiro de 1953, ocasião em que foi repassada ao Secretário da Presidência Lourival Fontes, cópia do ofício enviado pela Embaixada brasileira em Caracas, datado de 27 de setembro de 1952, relativo ao relatório da Missão Zuleta Angel. Angel, embaixador da Colômbia junto ao governo venezuelano, havia feito uma viagem pelo Caribe sob o pretexto de colher informações a respeito da economia caribenha. No entanto, a embaixada brasileira alegava que se tratava de uma missão dos governos da Colômbia e da Venezuela destinada a traçar estratégias conjuntas de repressão ao comunismo na região do Caribe.<sup>18</sup>

No que toca a situação na Guatemala, Zuleta Angel compartilhava das impressões de Martins Ramos sobre o governo Arbenz qualificando como perigosa a relação do presidente guatemalteco e os comunistas, que por sua vez, teriam como objetivo eliminar do governo guatemalteco pessoas contrárias ao comunismo. Em sua análise sobre a missão, Fernando Lobo, embaixador brasileiro na Venezuela, alertava quanto a necessidade do Itamarati estar atento a participação de comunistas no governo da Guatemala e da Costa Rica, uma vez que o sucesso comunista na região “poderia ter repercussões sérias na América do Sul”.<sup>19</sup>

Em junho de 1953, a organização anticomunista denominada “Comité de Estudiantes Universitários Anticomunistas Guatemaltecos en Exilio” encaminhou ao presidente Getúlio Vargas um manifesto contra o governo Arbenz. O documento foi reenviado ao Itamarati para análise e posteriormente rejeitado. A resposta do Itamarati, no entanto, é importante porque além de tratar-se de uma informação interna, de caráter sigiloso,

<sup>18</sup> AHMRE-BR, Fernando Lobo a João Neves da Fontoura, ofício secreto no. 211, Caracas, 27 set. 1952.

<sup>19</sup> AHMRE-BR, *Memorandum sobre El Caribe*, documento anexo, In Fernando Lobo a João Neves da Fontoura, ofício secreto no. 211, Caracas, 27 set. 1952.

preparada especialmente para o presidente da república, revela também o posicionamento oficial do Itamarati sobre o governo Arbenz, em junho de 1953.

Segundo é dado ao Itamarati julgar, conquanto os vermelhos não controlem efetivamente o governo da Guatemala, não se pode negar que sobre eles exercem poderosa influencia. Com efeito, os comunistas, - por pouco números que sejam os membros registrados do Partido, - e os elementos comunizantes da extrema esquerda detém postos da mais alta responsabilidade no governo da Guatemala ( por exemplo, os cargos de Chefe do Departamento e Publicidade da Presidência da República, de Secretário Particular do Chefe de Estado, de membro da Junta Nacional Eleitora, de Gerente do Instituto Guatemalteco de Segurança Social etc.) controlam aparentemente o Conselho Agrário Nacional, órgão encarregado da execução da Lei Agrária, e, agrupados sob a denominação de Partido Guatemalteco do Trabalho, participam, como elemento minoritário, da coligação governista, representada por partidos revolucionários que, por sua própria natureza e orientação antiamericana e esquerdista, são levados a colaborar com os vermelhos que também lhes infiltram as fileiras e cujo desígnios imediatos (por exemplo, a reforma agraria e o combate ao capital norte-americano) são aproximadamente idênticos ao seus.

Quanto ao presidente Arbenz, não me quer parecer seja ele comunista, mas sim político de visão estreita, circunscrita ao panorama da Guatemala, que julga poder usar para seus próprios fins os comunistas, nos quais, possivelmente vê homens dedicados, como ele próprio, aos ideais da revolução democrática de 1944, que derrubou a ditadura do presidente Ubico.<sup>20</sup>

Neste mesmo período, Getúlio Vargas, no afã de recompor as forças políticas que compunham seu governo, promoveu uma reforma ministerial. Getúlio novamente formaria um governo com forças políticas antagônicas. De um lado o presidente acenava ao movimento sindical com a indicação de João Goulart na pasta do trabalho. De outro, procurava atrair forças conservadoras com a indicação de Vicente Ráo para o posto de chanceler. Ráo fora o responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional (1935), também conhecida como “Lei Monstro” por seu caráter repressor. Sua escolha sinalizava o fortalecimento da linha anticomunista da política

<sup>20</sup> AHMRE-BR, Mario de Pimentel Brandão a Getúlio Vargas, ofício confidencial no. 166, Rio de Janeiro, 30 jun. 1953.

externa brasileira, reafirmando o engajamento do Governo Vargas no conflito bipolar.<sup>21</sup>

A opção pelo estreitamento das relações com Estados Unidos transparece em um memorando do Itamarati, preparado para Getúlio Vargas, em junho de 1953. O documento que é do mesmo período em que houve a troca de chanceleres, provavelmente serviu para fornecer subsídios ao presidente na instrução do novo Chanceler. Na parte que toca aos Estados Unidos, o documento reclamava maior colaboração entre os dois países e a adoção de um discurso liberal possibilitando maior entrada de investimentos e capital norte-americano:

devemos abandonar as atitudes extremas de pedir ou exigir, dentro dos quais temos oscilado, para adotar o critério de cooperar, isto é, fazer concessões necessárias ao reestabelecimento da base de confiança que a prestação deste auxílio requer [...] isso significa em suma, romper com a crosta sufocante do nacionalismo estreito, próprio alias dos países subdesenvolvidos e que constitui um dos maiores entraves do progresso econômico.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> O novo chanceler Vicente Ráo, escolheu como Secretário Geral (segundo posto em importância no Itamaraty) o embaixador Vasco Leitão da Cunha. Ambos haviam ocupado o cargo de Ministro da Justiça durante a ditadura Vargas. Ráo ocupou o cargo entre 1934 a 1937. Também foi chefe de polícia em São Paulo nos anos 30, redigiu a Lei de Segurança Nacional em 1934 e, em 1936 atuou na Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Vasco Leitão da Cunha, por sua vez ocupou o mesmo cargo entre 1941 a 1942. Cf. Abreu, Alzira Alves de (coord.) *et al.*, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001, p. 2886. Sobre a reforma ministerial no segundo governo Vargas em 1953, vide. D'Araújo, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política*, Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1988, pp. 127-128. Segundo os informes relativos a reforma ministerial, oriundos da embaixada dos EUA no Brasil, o responsável pela indicação de Vicente Ráo para o posto de chanceler seria Osvaldo Aranha. A escolha de Ráo seria interpretada como uma manobra política destinada a neutralizar queixas de grupos conservadores no estado de São Paulo. As queixas eram dirigidas a suposta liberdade que o governo Vargas relegava aos sindicatos e os comunistas. Ainda segundo o informe, Hermes Lima, líder do Partido Socialista no Congresso Brasileiro se opunha a indicação de Ráo por entender que o novo chanceler se tratava de um intelectual fascista, citando como exemplo, o conteúdo programático com elogios a Mussolini em um curso que havia proferido na faculdade de direito da Universidade de São Paulo em 1935. Sobre isso ver: U.S. Department of State. Records of the Department of State Relating to Internal Political and National Defense Affairs of Brazil, 1950-1954 (Washington, D.C.: National Archives and Records Administration, 1986). Irving Salert to Bureau of Inter-American Affairs, Embassy Despatch, confidential, Rio de Janeiro, 6 de jul. de 1953.

<sup>22</sup> HMRE-BR, Memorando, confidencial, sem autoria, secreto, 23 de jun. de 1953.

Pouco depois de sua posse, Vicente Ráo requisitou à embaixada brasileira levantamento da situação naquele país “independentemente das comunicações anteriores”.<sup>23</sup> O que demonstra que o governo Arbenz já figurava como um dos principais temas da agenda interamericana. Em resposta Raul Bopp, novo representante brasileiro junto à Guatemala,<sup>24</sup> apontava uma pequena minoria comunista no governo Arbenz, mas descartava a acusação de que o governo caminhava em direção ao comunismo, classificando a “campanha publicitária tendenciosa”.<sup>25</sup>

Se a diplomacia brasileira não estava certa quanto ao grau de participação de comunistas no governo guatemalteco, a administração Eisenhower, sob a justificativa de que o comunismo na Guatemala chegara ao um nível que colocava em risco os interesses americanos e a segurança dos governos vizinhos, se decidiu pela remoção do governo Arbenz retomando o planejamento pela CIA da operação anteriormente abortada e conhecida como PBFortune.

A aprovada pela administração Truman, em setembro de 1952, a Operação PBFortune previa a derrubada do governo Arbenz, por meio de tropas lideradas por Castillo Armas, seguida de assassinatos contra comunistas. Caberia ainda a CIA fornecer armamentos enquanto os governos de Honduras e da Nicarágua dariam suporte aéreo. O fato da parte de a operação ter sido descoberta provocou a hesitação de autoridades do Departamento de Estado em comprometer a herança da diplomacia da boa vizinhança na América Latina, levando o governo Truman a abortar a operação.

O projeto de derrocada do regime Arbenz seria oficialmente retomado pelo governo Eisenhower, em agosto de 1953, sob o codinome PBSuccess.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a Raul Bopp, telegrama confidencial no. 17, Rio de Janeiro, 31 jul. 1953.

<sup>24</sup> No final de 1952, Raul Bopp substituiu Carlos da Silveira Martins Ramos que foi designado para Quito, a fim de cuidar da crise entre Equador e Peru. Também deve-se citar que no mesmo período a representação brasileira foi elevada a nível de embaixada brasileira, o que elevava e refletiva significativamente sua importância no cenário latino-americano.

<sup>25</sup> AHMRE-BR, Raul Bopp a Vicente Ráo, ofício confidencial no. 157, Guatemala, 31 de ago. 1953.

<sup>26</sup> Cf. Schlesinger, Stephen, *et al.*, and Stephen Kinzer, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala*, p. 110. Além dos livros já mencionados que tratam das operações da CIA para desestabilizar o Arbenz recomenda-se também a leitura de Nick Cullather. Cf. Cullather Nick, *Secret History: The CIA's Classified Account of Its Operations in Guatemala, 1952-1954*, Stanford: Stanford University Press, 1999. Em relação a continuidade e conexão entre as operações PBFortune e PBSuccesso, Cf.

Caberia novamente a Castillo Armas penetrar em território guatemalteco após um longo período de desestabilização institucional, por meio de ações de guerra psicológica, provocando uma insurreição interna. Para evitar futuros danos ao Departamento de Estado e a diplomacia norte-americana na região, previa-se o isolamento regional e internacional da Guatemala por meio de uma ação coordenada pela OEA. Em caso de sucesso, o governo norte-americano poderia até justificar e liderar em nome da OEA uma futura intervenção militar.<sup>27</sup>

Para evitar futuras acusações de intervencionismo e criar um cenário regional favorável as ações de desestabilização do governo Arbenz, o governo norte-americano mobilizaria sua diplomacia para defender junto à Organização dos Estados Americanos, uma ação coletiva, justificada pelos tratados relativos à segurança hemisférica, contra a infiltração comunista no Continente, sem citar especificamente a Guatemala. O local apropriado para este tipo de ação seria a realização da Décima Conferência Interamericana, programada para março de 1954.

O grande desafio do governo Eisenhower, em Caracas, seria o de convencer os demais países latino-americanos de que a Guatemala e a participação de comunistas em seu governo representavam uma ameaça iminente ao continente. Se os demais países aceitassem este argumento o sistema interamericano acionaria os dispositivos de segurança coletiva estabelecidos desde a Conferência para os Problemas da Paz em Chapultepec, em 1945, no México.<sup>28</sup>

Na visão do governo brasileiro, a Guatemala era uma democracia. Como poderia então estar dominada por um regime totalitário? O Tratado do Rio

Beisner, Robert L., *Dean Acheson: A Life in the Cold War*, Oxford University Press, 2009, pp. 568-588.

<sup>27</sup> US Department of State, *Foreign Relations of the United States* (daqui em diante- *FRUS*), 1952-1954, volume IV, *The American Republics*, (Washington: US Government Printing Office, 1983), p. 1129. Draft Policy Paper Prepared in the Bureau of Inter-American Affairs, Top Secret, 'NSC Guatemala', August 19, 1953.

<sup>28</sup> Chupultepec marca a incorporação da Doutrina Monroe ao sistema interamericano. A incorporação da doutrina era defendida fortemente pelo Brasil, conforme Adolf Berle, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, mencionou em seu diário: "os brasileiros desejam que a Doutrina Monroe sele, guarde e contenha (o hemisfério) e não fazem segredo disso. Os uruguaios pensam que a Inglaterra vai jogá-los para os argentinos. O resto da América do Sul simplesmente não sabe o que estamos fazendo". Citado em Diary de Adolf A. Berle diary, entries for February 20, 2, and 7, 1945, Adolf Berle papers, Franklin D. Roosevelt Library. Some but not all of the quoted passages are printed In. Beatrice Bishop Berle and Travis Jacobs, 1918-1971, New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1971. *Apud*: Gaddis Smith, *The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993*, New York, Hill and Wang, 1994, p. 44.

vislumbrava uma agressão externa por um regime totalitário, sem qualquer previsão legal para casos em que se constatasse a participação de “ideologias totalitárias” na composição de um governo local. O projeto de resolução que seria apresentado pelos Estados Unidos procurava “corrigir esta falha”, estabelecendo o direito de intervenção da OEA nos assuntos internos de um país dominado pelo comunismo. Esta intervenção se amparava na tese de que um partido comunista local ou elementos comunistas, doutrinariamente, respondem ao Partido Comunista da União Soviética. O projeto de resolução também suprimia qualquer menção ao fortalecimento de regimes democráticos no continente. O que revela a descrença do governo norte-americano de que uma democracia não poderia funcionar aleatoriamente em qualquer governo, mas apenas onde se permitisse forte controle policial das ideologias de esquerda por parte do Estado, como no Brasil e a Argentina.<sup>29</sup>

Quem melhor definiu a passagem da crença na democracia à necessidade de ditaduras foi o embaixador brasileiro na Argentina, Orlando Leite Ribeiro:

Bogotá e Caracas são duas capitais vizinhas no espaço, mas tremendamente distanciadas no tempo, porque divergem profundamente, nas circunstâncias antigas e nas atuais. Senão vejamos o resumo dos fatos políticos continentais no intervalo entre a IX e X Conferência Interamericana.

Bogotá: os Estados Unidos, governo democrático, herdeiro da política de boa vizinhança; México, ainda ressentido da intervenção Truman na primeira eleição do pós-guerra; Cuba, com um governo eleito democraticamente; as Repúblicas do Caribe, com situação definida, sem o intervencionismo atual

<sup>29</sup> Esta era a opinião do Chefe do Planejamento da Política Externa do Departamento de Estado norte-americano, George Kennan. Quando voltou de sua viagem à América Latina, George Kennan escreveu um memorando para o Departamento de Estado intitulado: América Latina como problema para a política externa norte-americana. Segundo o historiador Gaddis Smith, este documento seria adicionado como corolário Kennan à doutrina Monroe. A importância do documento estaria em seu uso para justificar o apoio dos Estados Unidos da América a governos repressivos na América Latina. “Onde os conceitos de democracia forem muito fracos para absorver com sucesso a intensidade do ataque comunista, devemos aceitar que o uso de duras medidas governamentais de repressão sejam a única resposta”. Cf. *ibidem*, p. 70. De acordo com o historiador e biógrafo de George Kennan, John Lewis Gaddis, o “informe Kennan”, por sua natureza controversa teria sua audiência restringida e portanto não poderia ser utilizado como marco teórico para orientar as políticas norte-americanas para a região. Sem querer entrar neste debate, o pensamento de Kennan serve principalmente para ilustrar parte do pensamento da diplomacia norte-americana no período. Cf. Gaddis, John Lewis, *George F. Kennan: An American Life*, New York: The Penguin Press, 2011, pp. 384-390.

dos Estados Unidos; Guatemala, anti-imperialista, moderada; Nicarágua, nos braços velhos e hábeis de Somoza e República Dominicana, nos de Trujillo; El Salvador, Panamá e Costa Rica, com situações representativas e estáveis, sem pronunciamentos; Colômbia, estourando na armadura conservadora; Venezuela, democrática.

Em 1954, Caracas: os Estados Unidos sob o governo republicano, retomam a tradição do “big stick”; esquadras em visita de “cordialidade” e mesmo agora, bem próximo à Conferência de Caracas, o raid das esquadrilhas a jato; México, inteiramente americanizado(...); Cuba, com a reinstalação da ditadura de Batista; Caribe, inalterado, salvo as ameaças à Guatemala, refletidas nos demais; o Panamá, a Colômbia e a Venezuela, sob governos ditatoriais [...].<sup>30</sup>

A manobra norte-americana, no entanto não seria tarefa fácil, a maioria dos países latino-americanos pretendiam defender durante a Conferência, a tese de que o comunismo se combate por meio do fortalecimento econômico dos países latino-americanos, preferencialmente, com ajuda de empréstimos do governo norte-americano. Visão que se chocava frontalmente com os primados da administração Eisenhower que se negava a discutir ampla ajuda econômica basicamente por três razões: em primeiro lugar, a diretriz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA 144/I, estabelecida em março de 1953, determinava que o papel do governo norte-americano consistia em encorajar os países latino-americanos a conseguirem ajuda econômica, por meio de fontes privadas;<sup>31</sup> em segundo lugar, como já mencionado, existia a crença de que a adoção de medidas econômicas não seriam suficientes para fortalecer sistemas democráticos que não exercessem forte controle das ideologias de esquerda; por último, o próprio Eisenhower, assim como outras autoridades de seu governo, compartilhavam a crença quanto a incapacidade dos países latino-americanos em utilizar recursos de forma correta.<sup>32</sup>

O Itamarati se preparou para a Conferência em Caracas de forma inédita. Foi enviada circular às representações brasileiras junto aos países membros da OEA, convocando os embaixadores para uma reunião preliminar no Rio

<sup>30</sup> AHMRE-BR, Reunião preparatória no Rio de Janeiro, Depoimento do Embaixador Orlando Leite Ribeiro em 27/01/54 18:30, s.n.

<sup>31</sup> Cf. Rabe, Stephen. *Eisenhower and Latin America: The foreign policy of anticommunism*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina, 1988, p. 65.

<sup>32</sup> Ao se referir aos pedidos de empréstimo, por parte dos países latino-americanos, Eisenhower comparou a situação com o vício de dar esmolas: “quando se joga uma moeda em uma caneca, sabe-se que a caneca estará lá novamente amanhã”. Cabinet meeting, 3 July 1953, c-6 folder, Box I, Cabinet series (Minnich notes), OSS. *Idem*, *Ibidem*.

de Janeiro. Durante a reunião, Raul Bopp fez uma interessante e longa exposição sobre a situação política na Guatemala e a colaboração de Arbenz com os comunistas. Bopp utilizava-se da metáfora anticomunista que retratava o comunismo como uma doença infecciosa para explicar a participação de comunistas na administração Arbenz.

O Presidente Arbenz procurou apoiar-se em elementos mais dispostos a ação, tomou medidas de profunda repercussão social e aceitou uma colaboração comunista ‘na base das coincidências’, para usar uma expressão de Bismarck. Pela brecha nacionalista passaram os germes soviéticos, habilmente cultivados na atmosfera oficial. Os comunistas tomaram a dianteira, identificando-se com as causas populares, e dessa forma a caudal nacionalista, com raízes na revolução de 1944, se foi aos poucos desviando do seu sentido original.<sup>33</sup>

Mais a frente, Bopp fez uma pequena análise sociocultural da Guatemala. Bopp não era apenas um diplomata, mas um dos mais importantes poetas do modernismo brasileiro. Foi um dos fundadores do movimento Antropofágico de cunho nacionalista que tinha como objetivo revelar as raízes de um “Brasil profundo”, resgatando por meio de “fontes genuínas, ainda puras”, como o folclore “uma síntese cultural própria” do país.<sup>34</sup> Para Bopp a sociedade guatemalense, diferentemente dos países vizinhos, possuía uma formação étnica e cultural ímpar, o que tornava a população resistente tanto a tradição hispânica quanto ao comunismo:

Em resumo, a despeito dessa penetração de elemento da esquerda, pode-se dizer que esse país não tem uma base de massa preparada para o desenvolvimento desse tipo de ideologia. O índio que constitui mais de 2/3 da população (*sic.*) estranho, insolúvel na vida da nação. A poucas horas da Guatemala encontram-se elementos que mal compreendem palavras em espanhol, falam idiomas variantes do maia-quixê; mantêm as suas tradições tribais; comem o que plantam, à base de milho; vestem o que tecem; têm a sua própria farmacopéia de raízes e plantas medicinais. A sua religião é o fetichismo em compromisso com o ritual do catolicismo. Ao lado da autoridade governamental, há também a autoridade maia, de caráter tribal. Guatemala, portanto, tem uma população com maior estabilidade psicológica, diferente, por exemplo, da população de El Salvador, que é quase toda com posta de latinos ou mestiços, elemento mais conversível à civilização,

<sup>33</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo às missões diplomáticas em países membros da OEA e à delegação junto a OEA, circular confidencial no. 1750, Rio de Janeiro, 19 de nov. 1953.

<sup>34</sup> Bopp, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1966, p. 64.

aspirando a um nível melhor de vida e sem nenhuma ligação com os antepassados. Ainda ontem à noite, conversando com o Embaixador Arriola, sobre esses assuntos, ele concordou que, se por uma ficção se retirassem da Guatemala os atuais líderes da extrema esquerda, cessaria o comunismo naquele país, porque o povo não está preparado para essa transformação.

Após a digressão de Bopp sobre a sociedade guatemalense, passou-se ao tema da X Conferência e a questão do comunismo na Guatemala. As linhas gerais da política externa brasileira neste período, como já mencionado, eram centradas no desenvolvimento econômico como forma ideal no combate ao comunismo e também nos esforços em frustrar qualquer tentativa de formação de blocos e associações regionais que teriam como efeito relegar o papel de interlocutor do Brasil a segundo plano.

MINISTRO DE ESTADO - Quanto a esse inquérito sobre os países da América Central, já estamos procedendo ao mesmo através do depoimento valioso que os Senhores nos estão prestando. Já verificamos que, entre as possíveis forças contrárias a unidade do Continente, existem de um lado, a propaganda peronista, e ao outro, do ponto de vista político e ideológico, a infiltração comunista e, finalmente, a organização da ODECA, que apresenta aspecto econômico. Com relação a Guatemala, Vossa Excelência não ignora que será um dos pontos sensíveis da Conferência de Caracas, a inclusão do item sobre a repressão ao comunismo. Embora esse tema não vise exclusivamente a Guatemala, porque tem aspecto geral, a situação da Guatemala influiu poderosamente para a admissão desse item no temário da próxima Conferência Interamericana.

A nós, entretanto, cumpre reconhecer que a influência comunista mais fortemente se faz sentir ali onde as condições sociais e econômicas das massas, por seu baixo nível de vida tornam propícias as revoltas e as lutas de reivindicações. Assim sucede na Guatemala. Mas, como Vossa Excelência bem disse, existem nesse país forças estabilizadoras, como o Exército e a própria formação democrática do Presidente da República, além do sentimento de independência e soberania que têm raízes profundas no povo da Guatemala.

[...] Qual é, entretanto, a opinião pessoal de Vossa Excelência a este respeito? Segundo seu modo de ver, a penetração comunista na Guatemala revela ação intervencionista do Governo Soviético, ou se caracteriza como fenômeno puramente local, oriundo exclusivamente das próprias condições-econômico-sociais do país?

MINISTRO BOPP - Creio poder afirmar que esse tipo ideológico não surgiu por um fenômeno de amadurecimento social, movendo-se na vida do país por simples convicções de esquerda. Esses elementos que agem na Guatemala, como em outras partes, prestam cega obediência às unidades mentoras a que estão subordinados.

[...] MINISTRO DE ESTADO - Se nós propuséssemos, em Caracas, medidas gerais tendentes a elevar o nível econômico e social das massas latino-americanas, procederíamos, ou não, acertadamente, adotando o melhor modo de combate à infiltração comunista.

Recordo, neste instante, um período trágico de nossa própria vida política. Em 1935, a revolta dirigida pelos comunistas começou nas salinas do Rio Grande do Norte, onde se pagava o salário de 350 réis por dia ao operário que, descalço e sem proteção da vista, pisava o sal, invalidando-se, aos poucos, pela cegueira.

Acredito que nem esses operários, nem a massa guatemalense, nem qualquer outra, que viva em condições de escravização e miséria, tenha, propriamente, uma consciência, ou convicção ideológica comunista, mas não se lhe pode negar o direito de conquistar uma situação econômica e social, quando menos compatível com a dignidade humana. Não lhe parece que o melhor meio de combate ao comunismo, além de outras medidas de ordem geral, seria um estudo das soluções econômicas, que pudessem levantar o nível das massas em geral?

MINISTRO BOPP - Quanto à Guatemala, tenho minhas dúvidas relativamente à ajuda econômica, poderia citar, por exemplo, a UNICEF, cuja cooperação técnica (e também financeira) foi aceita em todos os países da América Central. Mas essa agência das Nações Unidas teve dificuldades em levar avante os empreendimentos propostos na Guatemala, que seriam de grande proveito a população: fábricas de desidratação do leite, etc.

Para alcançar seus objetivos em Caracas a estratégia do governo brasileiro seria a de colocar-se como interlocutor privilegiado entre os Estados Unidos e demais governos do hemisfério. Em palavras simples tratava-se de “explicar o Departamento de Estado aos latino-americanos e explicar estes ao Departamento de Estado”.<sup>35</sup> De um lado, o governo brasileiro evocava a aliança estratégica formada durante Segunda Guerra entre os dois governos, demonstrando estreita cooperação no pleito norte-

<sup>35</sup> Fundação Getúlio Vargas-Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Brasil (adiante FGV-CPDOC), Fundo CFV, Cyro de Freitas-Valle a João Neves da Fontoura, carta confidencial, Santiago, 12 de jun. 1953. O embaixador Cyro Freitas Valle um dos diplomatas mais influentes de seu período. Entre os postos que ocupou destacam-se: Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (1938-1939 1949-1951), Embaixador brasileiro na Alemanha (1939-1942), Ministro Interino das Relações Exteriores (1939), Delegado do Brasil junto à Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional (1945), Delegado do Brasil na Assembleia Geral da ONU (1946), Embaixador na Argentina (1947-1948), secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1949 -1951), Chefe da Delegação à Assembleia Geral da ONU (1949), Ministro de Estado das Relações Exteriores (1949), chefe da delegação brasileira à Assembléia Geral da ONU (1950), Embaixador no Chile (1952-1955).

americano contra o governo da Guatemala.<sup>36</sup> Do outro lado, os próprios governos latino-americanos apostavam que esta interlocução privilegiada, seria capaz de pleitear o tão ansiado Plano Marshall para a América Latina.<sup>37</sup> O Brasil que já recebia vultuosos empréstimos norte-americanos, quando comparado aos demais governos latino-americanos, tinha como principal objetivo econômico a obtenção de uma declaração oficial do governo norte-americano favorável ao café.<sup>38</sup>

Em 13 de fevereiro de 1954, o Itamarati enviava às suas missões as instruções para a Décima Conferência. Em relação à questão comunista e a Guatemala as recomendações da diplomacia brasileira esboçam a pretensão brasileira de se colocar como interlocutor, por meio de um texto que atendia os anseios do governo norte-americano e dos demais governos latino-americanos.

Com relação a este problema, o governo brasileiro julga que cumpre distinguir entre as causas do progresso do comunismo no hemisfério e o fato mesmo da existência de infiltração comunista no continente.

As causas devem ser estudadas com vistas à adoção de medidas de ordem econômico-social tendentes a elevar o nível de vida das massas, distribuir mais equitativamente as riquezas e eliminar a exploração do trabalho humano. O governo brasileiro acredita que, nesse particular, a Conferência de Caracas poderá adotar medidas úteis.

Quanto à infiltração comunista propriamente dita, o governo brasileiro julga oportuno reafirmar a repulsa do continente à intervenção de partidos que reapresentam Estado estrangeiro, configurando, pois, um caso de agressão interna.

De sua parte, o governo brasileiro continua, como sempre, vigilante em defesa do patrimônio comum da civilização ocidental. Julga, porém, que não convém discutir em Caracas casos específicos deste ou daquele país, pois tal discussão pode importar em intervenção dos negócios internos desses Estados.

<sup>36</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 387, Washington, 29 de dez. 1953. Para Osvaldo Aranha, Ministro da Fazenda, durante a Conferência “o Brasil deveria estar até mil por cento com os Estados Unidos”. FGV-CPDOC, Fundo VLC. Vasco Leitão da Cunha à Delegação em Caracas, Rio de Janeiro, 5 de março de 1954.

<sup>37</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 387, Washington, 29 de dez. 1953.

<sup>38</sup> Devido à geada, o governo brasileiro tentou elevar o preço do café no mercado internacional para repor os prejuízos. Para isso o apoio do governo norte-americano era essencial. Cf. Weis, Michael W., *Cold Warriors and Coups d'État: Brazilian-American Relations, 1945-1964*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993, pps. 76 a 77.

Não há dúvida de que a infiltração comunista é sensivelmente mais forte em certos países americanos, mas não é lícito dizer que qualquer deles se acha sob controle soviético ou sujeito a uma ditadura comunista. Em certos casos os interesses econômicos contrariados tendem a fazer com que a situação existente seja descrita, internacionalmente, com cores mais sombrias que a realidade.<sup>39</sup>

Inaugurada em 1º de março de 1954, a Décima Conferência Interamericana, desde o início, teve como ponto principal o debate a respeito da intervenção do Comunismo Internacional nas repúblicas americanas. Ciente de que o subtexto da discussão implicaria na condenação da Guatemala, Guillermo Toriello, chanceler da Guatemala, tentou de antemão desqualificar a proposta norte-americana, classificando-se como vaga. Toriello acreditava que o temor de suas repúblicas irmãs quanto a possibilidade do retorno às intervenções norte-americanas na região do Caribe, frustraria qualquer proposta norte-americana, definida como tema no. 5: Intervenção do Comunismo Internacional nas Repúblicas Americanas.<sup>40</sup>

Na sessão plenária, no dia 4 de março, a Guatemala sofria seu primeiro revés. O Dulles requereu prioridade ao tema no. 5. Seu pedido foi aprovado por 15 votos contra 4 e uma abstenção. No dia 8, começavam os debates sobre a proposta norte-americana. Mesmo sem referência explícita à Guatemala, sabia-se que a resolução anticomunista lhe era endereçada. Nos discursos pronunciados, os países participantes, com exceção da Guatemala, foram unânimes em condenar o comunismo. No entanto, como se esperava o problema não era necessariamente a Guatemala e o comunismo, mas os danos que uma possível revisão do princípio de não intervenção poderia causar a democracia e as liberdades individuais no continente.

Dulles, em seu discurso de abertura, procurou responder à pergunta de Toriello sobre o significado de Comunismo Internacional: “Comunismo Internacional é a organização política, clandestina e de grandes projeções que dirigem os chefes de estado do partido comunista da União Soviética”.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo aos senhores Chefes de Missão nos Estados membros da OEA e o senhor Delegado junto à OEA, circular confidencial urgente no. 1846, Rio de Janeiro, 13 de fev. 1954.

<sup>40</sup> Discurso pronunciado pelo Representante da Guatemala (Sr. Toriello), em 11 de março. Documento no. 243/Com. I-20. Cf. União Pan-Americana: Conferência Interamericana, 10, 1954: Actas y Documentos, p. 313.

<sup>41</sup> Discurso pronunciado pelo Representante dos Estados Unidos da América (Sr. Dulles), em 8 de março. Documento no. 123/Com. I-3. Cf. União Pan-Americana: Conferência Interamericana, 10, 1954: Actas y Documentos, p. 258.

Dulles também citou o presidente James Monroe, destacando o sacrifício dos Estados Unidos, durante os séculos XIX e XX, em defesa da liberdade na América. A ameaça à liberdade, devido ao comunismo na Guatemala, estaria presente novamente como “um perigo que, em muitos casos, é maior que qualquer dos perigos do passado”.<sup>42</sup>

O governo de El Salvador pediu a volta do Comitê Consultivo para a Defesa Política do Continente.<sup>43</sup> O governo de Cuba destacava, assim como os Estados Unidos, que o momento atual era mais perigoso que o fascismo combatido na Segunda Guerra. O governo do Paraguai pediu que o comunismo fosse considerado uma violação do princípio de não-intervenção.<sup>44</sup>

Em direção contrária, o governo da Bolívia era contra a proposta americana, pois acabaria com uma característica do continente: a liberdade. “Devemos defender a liberdade com a liberdade e não acabando com ela”,<sup>45</sup> Da mesma forma, pronunciava-se o representante do Uruguai, Jiménez de Aréchaga argumentando que para se defender a democracia, não poderia ser adotado “um verdadeiro anti-totalitarismo totalitário”.<sup>46</sup> O governo do México se pronunciou contra a proposta norte-americana, pois o princípio de não-intervenção não deveria ser violado “nem em caso de se chegar a acusar de comunista um governo que foi estabelecido pela vontade livre”.<sup>47</sup> O governo da Argentina, além de ressaltar como o Brasil os problemas econômicos, argumentou que dar poderes excessivos à OEA comprometeria a autoridade da ONU”.<sup>48</sup>

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> O Comitê Para a Defesa Política do Continente (CPDPC) foi criado através da Resolução XVIII da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Janeiro de 1942. O Comitê visava precaver os governos contra todo gênero de atividades subversivas de indivíduos e de organizações controladas direta ou indiretamente pelos Estados totalitários, ligada à guerra. Cf. Spaeth, Carl Bernhardt, *El Comité Consultivo de Emergencia para la Defensa Política*, Montevideo, Impresora Uruguaya SA, 1945.

<sup>44</sup> Discurso pronunciado pelo Representante do Paraguai (Sr. Sapena Pastor), em 8 de março. Cf. União Pan-Americana: *Conferencia Interamericana, 10, 1954: Actas y Documentos*, p. 265.

<sup>45</sup> Discurso pronunciado pelo Representante da Bolívia (Sr. Andrade), em 9 de março. Documento no. 165/Com. I-13. Cf. *Idem*, p. 282.

<sup>46</sup> Discurso pronunciado pelo Representante do Uruguai (Sr. Jimenez de Aréchaga), em 10 de março. Documento no. 195/Com. I-15. Cf. *Idem*, p. 293.

<sup>47</sup> Discurso pronunciado pelo Representante do México (Sr. Córdova), em 11 de março. Documento no. 265/Com. I-26. Cf. *Idem*, p. 316.

<sup>48</sup> Discurso pronunciado pelo Representante da Argentina (Sr. Muñoz), em 11 de março. Documento no. 265/Com. I-26. Cf. *Idem*, p. 311.

Vicente Ráo insistiu na necessidade de fortalecimento econômico contra o comunismo: “sem elevação do nível de vida do homem à altura da dignidade humana estaríamos sempre ameaçados pelas forças internacionais subversivas” e demonstrando que seu discurso estava em consonância ao de Dulles, complementou a definição sobre o comunismo internacional associando a ideologia comunista ao sistema totalitário que tinha como pilares: a mística, o chefe infalível e a técnica da violência. A proposta de seu “aliado natural”<sup>49</sup> (os Estados Unidos), portanto, deveria ser aceita, pois “era um genuíno sentido de real interamericanismo”.<sup>50</sup>

A Guatemala não agiu como a maioria dos países, que evitavam a referência direta à questão do envolvimento do país com o comunismo. Guillermo Toriello foi direto ao assunto e tentou se defender, articulando dois pontos que interessavam aos países latino-americanos: o princípio de não-intervenção e o desenvolvimento econômico. Toriello afirmava que a resolução norte-americana traria de volta o velho sistema intervencionista e afirmava: “não se destrói a liberdade com o pretexto de defendê-la, nem se debilita a democracia com o pretexto de preservá-la”. Toriello alegava que o país estava sendo perseguido devido ao fato das reformas contrariarem “interesses poderosos”.<sup>51</sup> A votação da resolução norte-americana representaria um teste para a solidariedade hemisférica.<sup>52</sup> **“Hoje é a Guatemala, quem sabe qual país será amanhã?”** (grifo nosso).<sup>53</sup>

Durante os debates, a delegação brasileira manteve sua linha de atuação pautada na interlocução entre os EUA e os demais países do hemisfério. Vicente Ráo encontrou-se secretamente com Dulles para adverti-lo, aparentemente sem sucesso, sobre a necessidade de clarificar a situação na Guatemala, separando os interesses colonialistas da UFCO da infiltração comunista no governo da Guatemala. Ráo partia da presunção de que o reconhecimento de práticas abusivas por parte da UFCO, pelo governo norte-americano ressaltaria a legitimidade da proposta norte-americana.

<sup>49</sup> Vasco Leitão da Cunha a Vicente Ráo, telegrama pessoal e confidencial. Secretaria de Estados das Relações Exteriores (Rio de Janeiro), 9 de mar. 1954, Arquivo Vasco Leitão da Cunha, CPDOC (FGV).

<sup>50</sup> Discurso pronunciado pelo Representante do Brasil (Sr. Vicente Ráo), em 8 de março. Documento no. 138/Com. I-5. Cf. *Union Panamericana*, 1956, p. 266.

<sup>51</sup> Discurso pronunciado pelo Representante da Guatemala (Sr. Toriello), em 11 de março. Documento no. 243/Com. I-20. Cf. *Idem*, p. 313.

<sup>52</sup> Gleijeses, Piero, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States*, p. 271.

<sup>53</sup> *Diário de Centro América*, 11 de fevereiro de 1954. Citado in Gleijeses, Piero, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States*, p. 272.

Ciente de que o governo norte-americano dificilmente obteria uma resolução condenatória naquela ocasião, a delegação brasileira procurou dar sobrevida às intenções do governo norte-americano, defendendo a tese de que antes que qualquer país aplicasse medidas retaliatórias em países supostamente dominados pelo comunismo deveria-se realizar consulta prévia à OEA, por meio de uma reunião extraordinária.<sup>54</sup> A proposta brasileira também visava atender a delegações como as do México e Uruguai que se mostravam receosos quanto a possibilidade de se quebrar prematuramente o primado do princípio de não-intervenção. A idéia brasileira foi transformada em emenda que foi proposta pelo governo colombiano.

Os Estados Unidos, devido à repercussão negativa sobre a possível quebra do princípio de não-intervenção, aceitaram a inclusão da proposta colombiana sobre a necessidade prévia de uma reunião de consulta. Para se convocar uma reunião dessa natureza, seriam necessários, previamente, 1/3 dos votos. Para Vicente Ráo, a convocação por 1/3 dos países membros da OEA legitimaria a solidariedade continental.

Para conseguir os votos necessários à aprovação das medidas americanas, o secretário J. F. Dulles coagiu e fez promessas.<sup>55</sup> O voto do Uruguai, por exemplo, foi conseguido em troca de uma eventual ajuda norte-americana, em caso de agressão da Argentina. Para outros países, foi feita a promessa de lutar contra as leis protecionistas junto ao Congresso norte-americano, além de aumentar os empréstimos via Export-Import Bank (EXIMBANK). No que se refere ao Brasil, especificamente, Dulles fez uma declaração favorável à política brasileira de elevação do preço do café. Também foi proposta uma reunião extraordinária do Conselho Social e Econômico da OEA, a ser sediada no Rio de Janeiro, com fins específicos de discutir as possibilidades de ajuda econômica para a região por parte dos EUA.<sup>56</sup>

Por fim, votaram a favor da resolução apresentada pelos Estados Unidos 17 países (Brasil, Equador, Paraguai, Cuba, El Salvador, Panamá, Uruguai, Chile, Estados Unidos, República Dominicana, Nicarágua, Peru, Honduras, Colômbia, Haiti, Venezuela e Bolívia). México e Argentina abstiveram-se, e a Guatemala foi o único voto contra a resolução. A resolução anticomunista

<sup>54</sup> Discurso pronunciado pelo Representante do Brasil (Sr. Vicente Ráo), em 12 de março. Documento no. 340/Com. I-31. Cf. *Idem*, p. 324.

<sup>55</sup> Report by Mr. (Deleted) on OAS Conference, 28 de março de 1954. CIA Electronic Document Release Center. Disponível em: <<http://www.foia.ucia.gov/>>.

<sup>56</sup> Cf. Gleijeses, Piero, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States*, p. 276.

seria ratificada, por sugestão de Vicente Ráo, como Declaração de Caracas. Para Ráo, a proposta norte-americana provocaria o retrocesso do movimento comunista na América Latina:

Os partidos comunistas que operam nas Américas, filiados e obedientes às diretrizes de Moscou, devem convencer-se de que, depois da proposta norte-americana, a grande maioria já não tem nas nações americanas campo propício para implantação do regime soviético e para a destruição das soberanias nacionais. As nações continentais reprimirão qualquer movimento nesse sentido.<sup>57</sup>

Na volta das delegações, os protagonistas da X Conferência reclamaram publicamente a vitória. John F Dulles, ao depor perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano apontou a Declaração de Caracas como um novo corolário à Doutrina Monroe.<sup>58</sup> A Guatemala, por sua vez, clamava pela vitória moral do país em Caracas. Toriello ao desembarcar no aeroporto de La Aurora teve recepção calorosa, sendo conduzido em caravana até o palácio do governo e saudado por membros do governo e o Presidente.<sup>59</sup> Nas comemorações de primeiro de maio, Arbenz em discurso referiu-se publicamente sobre os resultados de Caracas e o progressivo isolamento que seu governo estava sofrendo:

Quando o Chanceler Toriello seguiu para Caracas, a oposição reacionária estava certa de que o Chefe da nossa representação se iria acovardar ante a presença de Júpiter Troante, preparado para nos exterminar com seus raios mortíferos. Caracas se destinava, entre outras coisas, a forjar o jugo de ferro para domesticar a Guatemala. Mas felizmente, equivocaram-se redondamente os que assim pensavam, pois, quando um povo tem razão, não se acovarda, e, Quando não se acovarda pode vencer ao inimigo, por mais poderoso que seja. Em Caracas obtivemos mais que uma vitória moral. A maioria dos países representados levou a acampo seus problemas econômicos. Levantou-se um clamor insufocável pela necessidade do desenvolvimento econômico da América Latina e só se aprovou a chamada Declaração de Caracas a preço do descrédito da campanha internacional contra o comunismo. As bases da diplomacia pan-americana se desmoronaram quando se verificou que o tratado do Rio de Janeiro já não servia ao fim a que se destinou, ou seja, o de combater agressões extracontinentais dirigidas contra a América. Em Caracas

<sup>57</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. de 1954.

<sup>58</sup> Cf. LaFeber, Walter, *Inevitable Revolutions: The United States in Central America*, New York and London, W.W. Norton and Company, 1983, p. 122.

<sup>59</sup> AHMRE-BR, Raul Bopp a Vicente Ráo, ofício reservado, no. 61, Guatemala, 31 de mar. 1954.

foi burlada a boa-fé das chancelarias latino-americanas, em face da nova interpretação que se pretendeu das aquele tratado. E agora, o que se quer é deturpar o texto do documento, de modo a justificar ataques contra países que, como o nosso, tem audácia de escolher a forma de Governo que mais lhes convenha. Quando ratificamos o Pacto fizemos convencidos de que ele se destinava a combater uma agressão armada oriunda do exterior. Mas, agora, estamos prontos a retificar o nosso erro, caso se concretize a hipótese de que o Tratado se transforme num instrumento de intervenção nos nossos assuntos internos.<sup>60</sup>

### *A Reunião Especial de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores*

A Declaração de Caracas não representou uma grande vitória para a diplomacia norte-americana, onde sua moção de combate ao comunismo no hemisfério não teve a unanimidade esperada.<sup>61</sup> Mesmo assim, o governo Eisenhower continuava empenhado em destituir o regime Arbenz. Neste sentido, optou-se por duas frentes: a finalização da Operação PBSuccess e os preparativos necessários para a convocação de uma Reunião de Especial Consulta da OEA visando a aplicação da Declaração de Caracas na Guatemala.<sup>62</sup> As duas opções seriam levadas em paralelo.

Geralmente a historiografia sobre o assunto trabalha com a idéia de que a Reunião Especial de Consulta seria um plano de cobertura, em parte, devido a data da invasão estar marcada para junho e a Reunião Especial de Consulta estar prevista para o início de julho. No entanto, este artigo não concorda com inteiramente com esta tese. Entende-se que houve alteração de finalidade no papel que a OEA desempenharia no isolamento da Guatemala no sistema interamericano.

O plano inicial orquestrado pela CIA previa desestabilização da Guatemala internamente pelo emprego de operações de guerra psicológica e externamente por meio de sanções contra o país via OEA. O resultado das

<sup>60</sup> AHMRE-BR, Raul Bopp a Vicente Ráo, ofício reservado, no. 93, Guatemala, 03 de mai. 1954.

<sup>61</sup> AHMRE-BR, Mario Loureiro Dias da Costa a Exteriores (Heitor Lira), memorando, Guatemala, mar. 1954.

<sup>62</sup> O planejamento da Reunião de Consulta que aplicaria a Declaração de Caracas na Guatemala começou a ser discutida, em 10 de maio de 1953, com uma reunião comandada por Henry Holland, secretário-assistente norte-americano para assuntos latino-americanos. Nesta reunião, Holland comunicou aos demais a autorização do Secretário de Estado para isolar a Guatemala internacionalmente por meio da V Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores. Cf. *FRUS 1952-1954, The American Republics, volume IV, Document 435*. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d435>>.

duas ações pavimentaria o sucesso da invasão capitaneada por Castillo Armas. Para isso, seria necessário que o governo norte-americano obtivesse já em Caracas o consenso necessário para aplicar medidas contra o país. A reunião de Caracas ocorreu em março, a invasão estava prevista para junho. Se tudo ocorresse como planejado, haveria tempo hábil para aplicação das sanções. Este acredito seria o propósito e o cronograma original.

Mas, como observado anteriormente não foi isso o que ocorreu, pois além dos demais governos evitarem nominalmente a condenação do governo Arbenz, a incorporação da Declaração na retórica interamericano somente foi possível por meio da inclusão de uma reunião prévia de consulta. Entende-se que a persistência do governo norte-americano em convocar e mobilizar a diplomacia latino-americana se constituía numa espécie de teste de força da unidade interamericana. Buscava-se, sobretudo obter um compromisso legal para lidar não apenas com a Guatemala, mas futuros governos latino-americanos que estivessem “sob influência comunista”. Se este objetivo fosse alcançado Eisenhower realmente adicionaria a Resolução de Caracas como um novo corolário a Doutrina Monroe.

O memorando redigido por Henry Holland, secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, formalizado ao Secretário de Estado a opção pela Reunião Especial de Consulta é esclarecedor para entender que a reunião não era apenas um plano de cobertura, mas um desafio lançado por parte do governo norte-americano aos demais governos. Os estados americanos estariam unidos para enfrentar primeiro episódio da Guerra Fria na América Latina?

Segundo o entendimento de Holland, de tempos em tempos, as nações do mundo livre se enfrentam em testes de força contra os comunistas. Um destes enfrentamentos ocorreu na Coreia, outro na Indochina e um menos conhecido estaria ocorrendo na Guatemala. Um dos desafios da URSS estaria em estabelecer um país-satélite em segurança, sem que houvesse a prévia necessidade do exército soviético ser transportado direta ou indiretamente. Assim, a presença de um estado comunista no hemisfério, próximo aos Estados Unidos, representaria um enorme sucesso para a URSS. A importância deste teste na Guatemala estaria em seu impacto em todas as organizações regionais similares a Organização dos Estados Americanos. Uma vez que as nações livres na sua luta contra o comunismo internacional se protegem das ameaças soviéticas por meio destas organizações regionais. Ainda de acordo com o documento, os líderes russos reconheciam a efetividade das organizações regionais, pois durante anos um dos grandes objetivos de Moscou consistiria em enfraquecer e destruir a OEA, a mais antiga e uma das mais efetivas organizações

regionais. Holland acreditava que se a OEA não conseguisse atingir seus objetivos na defesa do hemisfério, a organização cairia em descrédito.

Em outra parte, o documento questionava o motivo pelo qual a URSS teria escolhido a Guatemala. Esta escolha teria ocorrido após anos de tentativas em grandes países do hemisfério como Brasil e Chile. Apesar do sucesso inicial, as forças comunistas nestes países teriam sido derrotadas devido ao fato destes governos e suas economias serem fortes. Diante deste fracasso, os esforços da Rússia se concentraram na região do Caribe, segundo o documento, por razões óbvias, uma vez que o tamanho e a fraqueza proporcional destes países os tornavam particularmente suscetíveis de dominação. Após discorrer sobre a situação na Guatemala e a suposta ascensão dos comunistas no governo Arbenz, o documento sugeria três alternativas. 1) continuar com manifestações de repúdio quanto ao crescimento do comunismo; 2) agir unilateralmente comprometendo mais de 20 anos de bom relacionamento com a América Latina e; 3) Atacar o problema por meio da OEA, utilizando mecanismos específicos para este tipo de problema.<sup>63</sup>

A convocação e realização da reunião não seria tarefa fácil. Dulles sabia que dificilmente governos como Argentina, Chile, Uruguai e México permitiriam a quebra do princípio de não-intervenção, sem que houvesse algum vínculo formal que atrelasse a Guatemala a URSS. A estratégia delineada consistia em iniciar gestões diplomáticas de forma para prospectar os governos que estariam a favor de aplicação da resolução. Neste sentido, o governo brasileiro foi o primeiro a ser procurado.

Em 11 de maio, João Carlos Muniz, embaixador brasileiro nos EUA foi convidado para uma reunião com Dulles no Departamento de Estado. Na ocasião, Dulles argumentou que chegara o momento de se considerar a possibilidade de uma ação multilateral contra a Guatemala e pediu ao embaixador brasileiro que fosse pessoalmente ao Brasil conversar com Vicente Ráo a questão.<sup>64</sup> O Secretário de Estado frisou ainda que seria impossível produzir provas contundentes que atrelassem a Guatemala a

<sup>63</sup> Memorandum by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State/1/ Washington, May 14, 1954. Source: National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 7/1/4.00/5-1/454. Secret. Drafted by Mr. Holland.

<sup>64</sup> *FRUS - 1952-1954, vol. IV, The American Republics Relations of the United States and Guatemala, with Special Reference to the Concern of the United States Over Communist Activity in Guatemala*, Memorandum of Conversation, by the Secretary of State/1/ Washington, May 11, 1954.

URSS, esta decisão teria que ser política, baseada nas informações fornecidas pelo governo norte-americano.<sup>65</sup>

Quatro dias após o encontro. O motivo que os Estados Unidos necessitavam para convencer a opinião pública sobre a penetração comunista na Guatemala “aportou” em Puerto Barrios no dia 15 de maio, quando o cargueiro sueco SS Alfhem trazendo armas adquiridas na Tchecoslováquia pelo governo guatemalteco.<sup>66</sup> A Guatemala comprara armamentos na Tchecoslováquia, depois de sofrer um bloqueio por parte dos Estados Unidos e de seus aliados, desde o início da década de 1950. Em 24 de maio, Eisenhower em reunião com líderes partidários do Congresso norte-americano anunciou publicamente que convocaria uma Reunião Especial de Consulta para discutir os últimos eventos na Guatemala.<sup>67</sup>

Guilherme Toriello, chanceler guatemalteco, convocou os embaixadores creditados em seu país para explicar que a compra de armas era um direito soberano da Guatemala. Além disso, a compra havia sido feita na Tchecoslováquia, e não na URSS ou na Polônia. Essa afirmação, segundo memorando do Itamarati, dava “um caráter ingênuo à defesa da Guatemala nesse particular”, pois a diferença para os diplomatas brasileiros seria irrelevante.<sup>68</sup>

Vicente Ráo, após ler a carta de Dulles, dizia estar convencido do perigo comunista na Guatemala: “uma cabeça de ponte comunista na América poderia constituir um perigo de consequências imprevisíveis e um sério prenúncio de ameaça à paz universal”. O chanceler brasileiro pedia a Muniz que aconselhasse novamente o secretário de Estado a fazer uma declaração dissociando o problema da United Fruit da infiltração comunista.

Ao retornar a Washington, Muniz encontrou-se novamente com Dulles. Neste encontro, o secretário de Estado comentou que o caso das armas compradas na Tchecoslováquia “facilitaria a articulação” da Reunião de Consulta e solicitava a Muniz que o Brasil iniciasse as gestões sobre a reunião junto à Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O Uruguai seria escolhido, por sugestão de Ráo, como o local da Reunião. Sua intenção na

<sup>65</sup> Memorando da Conversação entre o embaixador João Carlos Muniz e J. F. Dulles, 11 de mai. 1954, *FRUS*, 1952-54, 4:1106.

<sup>66</sup> A documentação encontrada não permitiu esclarecer qual a data precisa do conhecimento brasileiro sobre a Reunião de Consulta. Os telegramas sugerem, mas não confirmam, que o governo brasileiro teria sido informado da opção norte-americana, antes da chegada do *SS Alfhem*.

<sup>67</sup> Cf. Schlesinger, Stephen and Stephen Kinzer, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala*, p. 52.

<sup>68</sup> AHMRE-BR, Carlos Calero Rodrigues ao chefe da Divisão Política (DPO), memorando confidencial, Secretaria de Estado, 28 de mai, 1954.

escolha da sede de Montevidéu era a de premiar o país por sua tradição democrática.<sup>69</sup> A partir desse momento, as chancelarias brasileira e norte-americana estariam empenhadas em condenar a Guatemala na OEA.

Apesar do entusiasmo do chanceler brasileiro, o diplomata Carlos Calero Rodrigues, encarregado de estudar os aspectos jurídicos da iniciativa a pedido de Fernando Lobo, representante brasileiro na OEA, encontrava dificuldades para justificar a infiltração comunista na Guatemala como motivo da convocação. O Tratado do Rio não poderia ser aplicado, porque a Guatemala não havia praticado agressão externa. “Seria preciso, pois, que os fatos citados contra a Guatemala atingissem a inviolabilidade territorial de outro Estado”. A Nicarágua, encarregada de convocar a Reunião, não possuía fronteiras com a Guatemala. Por fim, Calero Rodrigues se perguntava qual seria o propósito prático da reunião. A condenação do comunismo já havia sido feita em Caracas. “E que efeito terá, na Guatemala, uma reunião desse tipo? Enfraquecerá os elementos comunistas ou, pelo contrário, servirá para fortalecê-los?”<sup>70</sup>

Havia o temor de que a condenação da Guatemala provocasse efeito reverso, incitando parte da opinião pública a protestar, principalmente no local escolhido: Montevidéu. O receio do diplomata brasileiro também estava presente em outros círculos diplomáticos como, por exemplo, no Chile:

“O presidente Ibáñez<sup>71</sup> (disse-me o embaixador dos Estados Unidos) é favorável a tudo que for contra o comunismo. Mas recusou-se, quando a isso instigado pelo senhor Beulac<sup>72</sup> a patrocinar a Reunião de Consulta. Foi depois disso que o embaixador (norte-americano) veio ver-me, a fim de pedir que eu fosse conversar com o Presidente. Respondi, como comuniquei logo a Vossa Excelência, não ter instruções para isso e que me limitaria a falar com o novo chanceler (Roberto Aldunate), o qual só ontem a tarde assumiu suas novas funções.

No fundo a Reunião de Consulta não representa senão o exame de uma situação criada e teoricamente ela poderia dissolver-se com a declaração nada foi achado de anormal. Mas a experiência demonstra desde Havana, que tais Reuniões, como no Chile se diz, ‘traen cola’. A elas comparecem Washington com alvitres e propostas, a respeito dos quais, por causa de pedir com

<sup>69</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, s/n, Rio de Janeiro, 22 de mai. 1954.

<sup>70</sup> AHMRE-BR, Carlos Calero Rodrigues ao chefe da Divisão Política (DPO), memorando confidencial, Secretaria de Estado, 28 de mai, 1954.

<sup>71</sup> Carlos Ibáñez del Campo, Presidente do Chile (1952-1958).

<sup>72</sup> Willard Leon Beulac, Embaixador norte-americano no Chile (1953-1956).

antecipação opiniões, tem votos de apoio assegurados. Daí a desconfiança de muitos, que se soma a oposição de outros. Daí a suspeita.

Fico muito contente de saber que Vossa Excelência já deliberou em favor da Reunião de Consulta. Não parece dúvida que existe comunismo na Guatemala, em que pese a informação em contrário de Silveira Martins Ramos. É claro que não convém aos Estados Unidos e Estados Centro Americanos e Antilhanos, como tampouco convém, a América do Sul, que um foco de comunismo esteja a funcionar (propositadamente digo “a funcionar”) no continente. Mas senhor Ministro, existe uma lição que não se deve esquecer, a da agitação anti-norteamericana que se desencadeou em toda a América Latina quando Sandino lutava, faz um quarto de século. Não se incorreria agora em risco equivalente?

No fundo, por causa daquela agitação é que o Presidente-Eleito Hoover, com visita a todos os países do Continente, inaugurou em 1929 a política de boa vizinhança. Só no Rio de Janeiro é que não foi vaiado. Em Montevideu, onde eu era um velho Encarregado de Negócios, custou-me avistar-me com ele, tamanhas foram as precauções policiais. Estas não impediram que, no momento do desfile militar, o povo, aos gritos de ‘Viva Sandino!’ rompesse os cordões, se aproximasse da sacada do palácio e tivesse de ser desalojado pela Cavalaria, a espadeiradas. E o Uruguai sempre foi amigo dileto dos EUA.

Deus permita que a reunião de Consulta se realize com tranquilidade e consiga trazer a Guatemala de novo a razão.<sup>73</sup>

A despeito dos receios internos, o governo brasileiro demonstrava firme disposição em trabalhar conjuntamente com o governo norte-americano a preparação da Reunião de Consulta.

Esta atitude destoava do clima de resignação com que a proposta foi recebida por governos-chave no continente, casos do Uruguai, Argentina e Chile. Cientes de que a Reunião de Consulta serviria apenas para dar aparato jurídico a uma possível intervenção na Guatemala, estes governos procuravam protelar o endosso da Reunião, deixando claro às autoridades brasileiras e norte-americanas que se recusariam a discutir qualquer medida que violasse o princípio de não intervenção.<sup>74</sup> Temia-se a volta da política conhecida como Big Stick.<sup>75</sup>

<sup>73</sup> FGV-CPDOC, Fundo CFV. Cyro de Freitas-Valle a Vicente Ráo, carta confidencial, Santiago, 8 de jun. 1954.

<sup>74</sup> Declaração do embaixador chileno em almoço de despedida ao embaixador Rada oferecido pelo embaixador brasileiro junto ao governo Argentino. AHMRE-BR, Orlando Leite Ribeiro a Vicente Ráo, telegrama confidencial, Buenos Aires, 1 de jun. 1954.

<sup>75</sup> “Não se pode voltar à fase dos fuzileiros navais na Nicarágua, pois tudo está agora muito mudado” Declaração do embaixador chileno em almoço de despedida ao embaixador Rada oferecido pelo embaixador brasileiro junto ao governo Argentino. AHMRE-BR,

Antes de convencer os demais governos, Brasil e Estados Unidos encontravam certas dificuldades para colocar em prática a tarefa conjunta. O governo brasileiro trabalhava de maneira mais lenta e diplomática, definindo que as démarches somente teriam início quando o texto da resolução estivesse redigido de comum acordo entre Brasil e Estados Unidos. O governo norte-americano tinha urgência em angariar apoio contra a Guatemala. E fazia pressão para que o governo brasileiro fosse mais rápido.<sup>76</sup> Esta demora precipitou a ação da diplomacia norte-americana no cone sul, levando o projeto de resolução a ser transmitido às embaixadas norte-americanas na região para que fossem respectivamente repassados aos governos locais. A parte relativa às sanções eram as seguintes:

- 1) enquanto perdurar o perigo da infiltração comunista as Repúblicas americanas que o passam fazer devem proceder, como medida de caráter preventivo, à detenção e inspeção de navios e aeronaves e quaisquer outros meios de transportes a fim de evitar o trânsito de armas, munições e material de guerra da cortina de ferro e de agentes do comunismo internacional;
- 2) criar uma comissão de coordenação destas medidas;
- 3) **estabelecimento do intercâmbio de informações para eliminar agentes comunistas em postos de influência.** (grifo nosso).<sup>77</sup>

Quando o embaixador brasileiro Henrique de Souza Gomes chegou a Montevidéu pra iniciar a discussão, o governo uruguaio informou que já havia sido sondado sobre a reunião pelo embaixador norte-americano. Na ocasião, o chanceler uruguaio informou que o governo do Uruguai era favorável a convocação, no entanto, solicitou a Souza Gomes que o governo brasileiro abrandasse os termos do anteprojeto de resolução, pois seu governo seria contrário a qualquer medida que violasse o princípio de não intervenção.<sup>78</sup> Mais tarde em nova reunião, Souza Gomes foi comunicado formalmente de que o Conselho Nacional Uruguaio havia decidido por

Orlando Leite Ribeiro a Vicente Ráo, telegrama confidencial, Buenos Aires, 1 de jun. 1954.

<sup>76</sup> Em conversa com o embaixador João Carlos Muniz, datada de 4 de junho, Henry Holland, assegurava já estarem garantidos os votos da Colômbia, Peru, Cuba, Nicarágua, El Salvador, Honduras, República Dominicana e Panamá. João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 243, Washington, 5 de jun. 1954, AHI, ME.

<sup>77</sup> AHMRE-BR, Henrique Souza Gomes a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 27, Montevidéu, 8 de jun. 1954.

<sup>78</sup> AHMRE-BR, Henrique Souza Gomes a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 27, Montevidéu, 8 de jun. 1954.

unanimidade, participar e sediar o encontro. Depois do Uruguai, Souza Gomes foi a Santiago, onde foi informado que o governo chileno compareceria a Reunião, mas fazia restrições ao teor do texto, incomodava principalmente a parte referente ao bloqueio por mar e terra que seria imposto e também das medidas propostas contra os comunistas.<sup>79</sup>

Na Argentina, as dificuldades seriam de outra ordem. Era desejo de Perón que a convocação da reunião de consulta fosse feita com base no artigo nº 39 do Pacto de Bogotá ou ainda o artigo VI do Tratado do Rio. Perón também estaria insatisfeito pela escolha do local “principalmente pela agressividade de imprensa uruguaia e pela presença, em Montevidéu, de exilados argentinos”. Mas seu governo compareceria a reunião, no entanto, sem a presença do Chanceler argentino que se recusa a ir a Montevidéu.<sup>80</sup>

A precipitação norte-americana provocou mal estar na chancelaria brasileira. Vicente Ráo se mostrou surpreso pelas démarches norte-americanas na região, revelando um texto que ainda se encontrava em fase inicial de discussão entre os dois governos.<sup>81</sup> Além do governo norte-americano não ter respeitado o entendimento prévio. O texto que foi submetido aos demais governos não era o original. Ele havia sido modificado com a anuência do embaixador brasileiro em Washington, sem autorização prévia de Ráo. Esta ação teria comprometido a estratégia traçada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil que tinha como objetivo um texto genérico e amplo que possibilitasse ao Brasil e os demais governos barganhar com os Estados Unidos durante a Reunião de Consulta. A questão provocou uma reprimenda oficial a Muniz:

Sondagens estão sendo feitas e só agora começaram por haver Vossa Excelência informado que as mesmas só teriam início após acerto de condições da Reunião de Consulta. Informarei resultado. Lamento haja feito alterações texto moção sem minha anuência prévia, devendo para futuro evitar repetir fato. Suas sugestões agravaram texto primitivo que comportava por sua generalidade emendas ditadas pelas circunstâncias oportunamente.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> AHMRE-BR, Cyro de Freitas-Valle a Vicente Ráo, telegrama secreto, s/n, Santiago, 9 de jun. 1954.

<sup>80</sup> AHMRE-BR, Orlando Leite Ribeiro a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 171, Buenos Aires, 9 de jun. 1954.

<sup>81</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 121, Rio de Janeiro, 8 de jun.

<sup>82</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 122, Rio de Janeiro, 7 de jun.

Muniz tentou se justificar argumentando que as modificações feitas por ele e o Departamento de Estado procuravam atenuar o receio dos governos latino-americanos de que a resolução poderia dar carta branca aos EUA para agirem contra a Guatemala.<sup>83</sup> A resposta de Ráo foi clara e direta: “termos gerais teriam permitido entendimentos e acordos por ocasião Reunião de Consulta. [...] Reitero instruções para não se comprometer com qualquer sugestão ou emenda sem minha anuência expressa”.<sup>84</sup> Seguiu-se a um pedido informal de desculpas do governo norte-americano pelo ocorrido, onde Holland teria exaltado o papel indispensável do governo brasileiro na articulação e na aprovação do texto. Caso Vicente Ráo não aprovasse o texto, o governo brasileiro poderia apresentar um texto substitutivo.<sup>85</sup>

Mas o mal estar não terminou aí. O texto modificado pelo governo norte-americano já havia recebido a aprovação antecipada de nove governos, em sua maioria da região caribenha. Por esta razão, o Departamento de Estado agendou uma reunião para finalizar a proposta. Segundo o próprio governo norte-americano, a aprovação do governo brasileiro garantiria a adesão oficial de pelo menos quatro países. Garantiria-se, assim, a aprovação **oficial** de antemão, de pelo menos 2/3 dos países. Ráo se mostrava contrário a essa proposta, pois além de não ter sido consultado na modificação feita, entendia que as reservas feitas pelos governos do Uruguai, Chile e Argentina mereciam ser discutidas. Assim Ráo tentou retomar a estratégia inicial argumentando que o local ideal para esta discussão seria a própria conferência. “Inverter a ordem natural das coisas é criar confusão capaz de comprometer o próprio princípio de convocação”.<sup>86</sup> Mas o Departamento de Estado não estava disposto a enfrentar novamente os debates sobre a possível volta do intervencionismo norte-americano, como havia ocorrido em Caracas. Dulles respondia a Ráo que, sem a aprovação prévia, a Reunião em Montevidéu resultaria em um “desastre”. Para resolver o impasse, o secretário de Estado norte-americano enviou o ex-embaixador Walter J. Donnelly para se entender diretamente com o Ministro Vicente Ráo.<sup>87</sup>

<sup>83</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 247, Washington, 8 de jun. 1954.

<sup>84</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 125, Rio de Janeiro, 8 de jun.

<sup>85</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 250, Washington, 11 de jun. 1954.

<sup>86</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 131, Rio de Janeiro ERE, 12 de jun. 1954.

<sup>87</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama secreto urgente no. 255, Washington, 13 de jun. 1954.

A dois dias da programada invasão, aparentemente sem suspeitar da operação PBSuccess, Vicente Ráo entendia-se com o enviado especial de Washington. Em 16 de junho, o governo brasileiro começou a transmitir às suas embaixadas a proposta do texto final que seria discutido na Reunião de Consulta. De acordo com Ráo o primeiro parágrafo foi mantido intacto. A primeira parte do segundo parágrafo teria sido sugestão do governo norte-americano e a segunda juntamente com o apelo a Guatemala seria de autoria do próprio Ráo.<sup>88</sup>

- 1) como medida preventiva, a detenção e inspeção de embarcações, aeronaves e outros meios de transporte que se dirijam à Guatemala, para se assegurarem contra qualquer nova introdução de armas e materiais bélicos naquele país;
- 2) No espírito da Resolução VIII da Quarta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, todas as medidas necessárias para impedir viagens dos agentes do comunismo internacional entre a Guatemala e qualquer território dominado pelo movimento comunista Internacional.

Concita a Guatemala, como Republica irmã na família americana a dar aplicação da Resolução VIII, inciso 1, da IV Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos, realizada em Washington em 1951.

Estabelece que uma comissão composta de representantes (5 países) deverá auxiliar os Estados Membros na coordenação de medidas preventivas especificadas acima e propor por meio do Conselho da Organização dos Estados o fim das medidas quando a comissão entender que as condições que justificaram tal medida não mais existam.

Os Governos Americanos continuam a troca de idéias e informações sobre a presente ameaça e seus meios necessários para manter a paz e a segurança no continente.

Faz votos para que o povo e o Governo guatemaltecos se integrem com outras Republicas Americanas para eliminar do continente a ameaça imperialista do comunismo internacional contra a paz universal e a segurança e a soberania das nações da América.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 135, Rio de Janeiro, 16 de jun. 1954.

<sup>89</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a Walter Jobim, telegrama confidencial no. 36, Rio de Janeiro, 16 de jun. 1954.

Lisonjeada pela parceria com os Estados Unidos, a diplomacia brasileira realizou um grande esforço para realizar a reunião. A convocação da V Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores formalizada em conjunto com 11 países, significava nas palavras de Ráo, “um gesto de solidariedade continental contra o comunismo”. Gesto que seria no mínimo controverso, uma vez que o Brasil, com exceção dos EUA, fora o único grande país a apoiar a convocação.

A intensa movimentação diplomática que o continente assistiu, passou ao largo do governo Arbenz. Seu governo encontrava-se cada vez mais isolado. A essa altura, as tropas treinadas pela CIA já estavam preparadas para a invasão e as movimentações militares de Castillo Armas já eram conhecidas por Arbenz há tempos.

Até hoje não estão claras as razões pelas quais os Estados Unidos foram a frente com os planos de invasão ao invés de pressionar o governo guatemalteco por meio da OEA. Poderia-se argumentar que a Reunião seria marcada por protestos e a tentativa dos demais governos barganharem auxílio econômico. No entanto, o preço a ser pago seria relativamente baixo quando comparado a retórica que seria incorporada ao sistema interamericano. Esta retórica abria espaços para as mais variadas formas de controle no sistema interamericano como bloqueios navais, aéreos, entrada e saída de comunistas, intercâmbio de informações e até mesmo planos conjuntos para expurgar comunistas dos governos locais.

### *A Invasão na Guatemala e seus bastidores no Conselho de Segurança e na Comissão Interamericana de Paz*

262 – SEXTA-FEIRA – 20 horas. – Acabo de saber que estourou uma revolução em três pontos da Guatemala.<sup>90</sup>

Era assim que Fernando Lobo, embaixador brasileiro junto à OEA, anunciava a João Carlos Muniz a já aguardada invasão da Guatemala, por mercenários provenientes dos territórios de Honduras e Nicarágua.<sup>91</sup> Arbenz lutaria por sua sobrevivência política de duas formas: internamente mobilizaria seu exército contra as tropas invasoras; externamente buscaria o apoio para aplicar sanções internacionais contra o que considerava como ato

<sup>90</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama confidencial, Washington, 18 jun. 1954.

<sup>91</sup> AHMRE-BR, Fernando Lobo a Vicente Ráo, ofício confidencial no. 175, OEA, 12 jul. 1954.

de agressão por parte dos governos de Honduras e da Nicarágua. Ciente de que o governo norte-americano estava por trás da invasão, Arbenz não estava preocupado quanto à possibilidade de derrotar o pequeno grupo liderado por Castillo Armas. Sua maior preocupação residia no grau de envolvimento da administração Eisenhower, após repelir os invasores? Eisenhower enviaria os fuzileiros?<sup>92</sup> Sua estratégia de sobrevivência residia em obter sucesso na condenação da invasão pela opinião pública internacional, desencorajando atitude mais expressiva, por parte do governo norte-americano. Iniciava-se a “batalha da Guatemala”.<sup>93</sup>

Jacobo Arbenz e Guillermo Toriello iniciaram então uma ofensiva internacional contra a invasão. Toriello emitiu telegrama ao Conselho de Segurança da ONU, pedindo que fossem tomadas providências contra a invasão por Honduras e possivelmente pela Nicarágua. Ao mesmo tempo, o chanceler guatemalteco solicitou à Comissão Interamericana de Paz, órgão da OEA, que tomasse as medidas necessárias para que a agressão contra a Guatemala cessasse. Henry Cabot Lodge, representante norte-americano e presidente do Conselho de Segurança da ONU acatou o pedido marcando a reunião para o domingo. Mais uma vez, o governo brasileiro entraria em ação, já que o país fazia parte do Conselho de Segurança da ONU.

“Deviam ser umas quatro e meia da manhã e a campanha do meu apartamento tocava insistentemente. Acordei assustado e, ainda trôpego de sono, vou abrir a porta e dou com as figuras tresnoitadas de Henry Cabot Lodge, delegado dos Estados Unidos na ONU, e Allen Dulles, chefe da CIA. Tenso, meu amigo e vizinho da Park Avenue, Cabot Lodge apressou-se em explicar:

– Meu caro Hugo, precisamos da sua ajuda para impedir que os Estados Unidos sejam crucificados nesse caso da Guatemala. Desculpe a hora mas é da maior urgência”.<sup>94</sup>

Nem os Estados Unidos, nem o Brasil desejavam que a queixa da Guatemala fosse discutida no Conselho de Segurança da ONU. A atuação do governo brasileiro junto à ONU, seria baseada na crença de que a discussão no Conselho de Segurança, além de esvaziar o poder da Organização dos Estados Americanos, abria espaço para que a URSS opinasse sobre os assuntos do hemisfério. A prioridade do governo brasileiro se resumia a

<sup>92</sup> Entrevista com Fortuny e Maria de Arbenz. Piero Gleijeses, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States*, p. 322.

<sup>93</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama confidencial, Washington, 18 jun. 1954.

<sup>94</sup> Gouthier, Hugo, *Presença*, Brasília, FUNAG, 2008, p. 118.

combater o comunismo, preservar a autoridade da OEA e cooperar com o governo norte-americano em acordo com a tradição monroísta e pan-americana da Política Externa Brasileira neste período.<sup>95</sup>

Durante a madrugada e parte da manhã, Lodge e Gouthier discutiram a questão da Guatemala. Lodge “fez um caloroso apelo no sentido do governo brasileiro ajudar seu governo no Conselho de Segurança”. Hugo Gouthier, como na maioria das vezes que a questão foi discutida, argumentou que a presença estrangeira da United Fruit representava um empecilho para o entendimento da questão. Lodge reiterou a questão da UFCO seria resolvida em breve<sup>96</sup>. Do Brasil, Vicente Ráo instruiu Hugo Gouthier a lutar pela competência da OEA na questão com base nos arts. 6º e 7º do Tratado do Rio”.<sup>97</sup>

Na reunião do Conselho de Segurança da ONU, os governos da Colômbia e do Brasil apresentaram de imediato, proposta conjunta para que a questão da Guatemala fosse discutida na OEA. No entanto, para surpresa da delegação norte-americana, o governo da França, na pessoa de seu embaixador, Henri Hoppenot, se mostrou inclinado a reconhecer a causa da Guatemala, apresentando uma emenda a resolução brasileira-colombiana, solicitando imediato cessar fogo. Após intensa negociação, Hugo Gouthier conseguiu modificar a moção da França que passou a ter a seguinte proposta: “sem prejuízo das medidas que poderão ser tomadas pela OEA, apela no sentido que cesse imediatamente toda ação suscetível de provocar derramamento de sangue”.<sup>98</sup> Segundo Gouthier, “a primeira idéia francesa era inaceitável, pois apelava para a suspensão imediata das hostilidades, o que parecia implicar o reconhecimento da agressão”. Durante a votação a URSS exerceu seu poder de veto. Para o representante russo no Conselho de Segurança, Semyon K. Tsarapkin, seria muito difícil que a Guatemala encontrasse justiça na OEA, por entender que a OEA uma era dominada pelos EUA.<sup>99</sup>

Na mesma sessão, a delegação francesa voltou ao debate ao apresentar proposta isolada quanto a necessidade de imediato cessar fogo, sendo aprovada por unanimidade. Apesar da aprovação, a proposta francesa não

<sup>95</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 138, ONU, 19 de jun. 1954.

<sup>96</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, ofício secreto, ONU, 12 jul. 1954.

<sup>97</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a João Carlos Muniz, telegrama secreto no. 141, Rio de Janeiro, 19 de jun. 1954; Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama secreto no. 143, ONU, 20 de jun. 1954.

<sup>98</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 145, ONU, 21 de jun. 1954.

<sup>99</sup> Smith, Gaddis, *The last years of the Monroe doctrine, 1945-1993*, p. 83.

possuía caráter operacional, pois não autoriza ação efetiva do Conselho. Tratava-se, portanto, de “uma resolução inoperante” que não determinava o envio de observadores, entre os quais participariam russos, o que pra Gouthier seria intolerável para o governo brasileiro, por configurar-se como uma interferência externa nos assuntos americanos.<sup>100</sup> A delegação brasileira recebeu várias felicitações de outras delegações latino-americanas que agradeciam o esforço do governo em preservar a autonomia da OEA. Mas Arbenz não desistiria facilmente da ONU.

No dia 22 de junho, o governo guatemalteco emitiu novos telegramas ao Conselho de Segurança comunicando “os atos de agressão por parte de Honduras e Nicarágua, decorrentes de voos e bombardeios de aviões” em suposto descumprimento da resolução francesa. Ao mesmo tempo, a Guatemala retirou sua queixa na OEA, baseando-se no “fato de que a resolução do Conselho de Segurança não faz referência à OEA e que não existe controvérsia alguma com outro país, mas simples ato de agressão”. Sem esperanças de apoio na OEA, o governo guatemalteco lutava para ter sua queixa aceita pelo Conselho de Segurança.

A luta diplomática na ONU e na OEA ganharia novos e dramáticos contornos quando URSS, com apoio da França e da Inglaterra, cedeu aos apelos da Guatemala para reabrir questão, requerendo nova reunião. A proposta da URSS visava o envio de observadores a América Central. Para Vicente Ráo, se saísse vitoriosa no Conselho de Segurança, a “Guatemala derrotaria os Estados Unidos, a OEA e o Brasil”.<sup>101</sup>

Há evidente e continuado propósito da Rússia e da Guatemala de eliminar a maquinaria da OEA com objetivos políticos e ideológicos, tais como como a ida de observadores do Conselho de Segurança que incluam comunistas, o que se julga no consenso das delegações latino-americanas incompatível com a tradição.<sup>102</sup>

O telefonema entre Dulles e Cabot Lodge não poderia ilustrar melhor a situação:

*Dulles:* The President said he thinks you should let the British and French know that if they take independent line backing Guatemalan move in this

<sup>100</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 146, ONU, 22 de jun. 1954.

<sup>101</sup> Afirmação de Vicente Ráo na ocasião de carta a Dulles enviada pessoalmente por João Carlos Muniz.

<sup>102</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial urgente no. 147, ONU, 23 de jun. 1954.

matter, it would mean we would feel entirely free without regard to their position in relation to any such matters as any of their colonial problems in Egypt, Cyprus, etc. If they feel they can take independent line, the counterpart will be that they must consider that we will be free equally to be independent when any of the matters such as North Africa, Middle East, etc., come up before the UN.

*Lodge:* I will do that.

*Dulles:* He (the President) wanted to avoid making it in the form of a threat. But make it a clear understanding that if they don't take into account our needs and considerations in this matter, it will be a two-way street, and they must accept it.

*Lodge:* Yes, I see. It's a terrible thing. I will get this to them. Will determine just when and how to do it.

*Dulles:* Use your own judgment as to time.

*Lodge:* If there is open split between British and French, Russians will be very much pleased. But we cannot put off meeting much longer.

*Dulles:* Guatemala itself, as I understand it, is violating the terms of the Charter—Article 53(2), I think. The whole status of regional organizations is at stake in this particular matter. That was the thing we fought for (Vandenberg and I) at San Francisco. The whole concept is being destroyed.

*Lodge:* No question about it. At the same time, I will have to have a meeting, probably tomorrow. If the British and French persist, we will have an open split. I will try to keep agenda from being adopted. Don't have to invite Guatemala to the table. I put it to the Frenchman this morning, and he didn't like it at all. Thank you very much—I will be guided accordingly.<sup>103</sup>

A última esperança do governo Arbenz de sobreviver no cenário internacional, se daria na reunião do dia 25 de junho. Caberia ao Brasil e à Colômbia pronunciarem-se “contra a adoção da agenda e pela competência da OEA”.<sup>104</sup> De acordo com Gouthier, a delegação soviética apresentaria proposta de investigação por meio do envio de observadores nomeados pelo CS, incluindo-se possivelmente representantes da URSS. Para evitar que a delegação soviética obtivesse prioridade em sua proposta solapando a possibilidade se aventar a competência da OEA, Gouthier conseguiu inverter a pauta, por meio de uma manobra regimental que invocava a “não adoção” da ordem do dia.<sup>105</sup> Levada à votação, a proposta do governo brasileiro foi aprovada, Inglaterra e França se abstiveram. Brasil, Turquia, China, Estados Unidos e Colômbia votaram a favor da rejeição à queixa da Guatemala. A

<sup>103</sup> *FRUS, 1952-1954, volume IV, The American Republics*, Document no. 483.

<sup>104</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial urgente, no. 152, ONU, 25 de jun. 1954.

<sup>105</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, informação secreta s/n, ONU, 12 jul. de 1954.

favor da Guatemala votaram Rússia, Dinamarca, Líbano e Nova Zelândia. Caberia ainda ao governo brasileiro forçar a ação imediata da OEA, evitando o retorno da questão ao Conselho de Segurança.<sup>106</sup> O governo guatemalteco não teria mais tempo hábil para outro esforço diplomático.

De volta a Guatemala, as tropas invasoras orquestradas pela CIA, encontravam dificuldades para depor Arbenz. A insurreição prevista das forças conservadoras não aconteceu. Temeroso quanto a integridade do encarregado de negócios, em caso da manutenção de Arbenz, Otávio de Souza Bandeira, o Itamarati já se movimentava para assegurar sua possível remoção juntamente com famílias norte-americanas residentes no país.<sup>107</sup> O governo norte-americano, no entanto, continuava confiante de que o atual governo não teria sucesso em repelir o movimento de insurreição. Confiança assegurada pela chegada de notícias à capital sobre a rebelião do Exército em Zacapa. Os coronéis do exército enviados por Arbenz enviados para sufocar as tropas de Castillo Armas se recusaram a entrar em combate, rebelando-se contra o governo.

Diante dos fatos acima, Arbenz reuniu as lideranças políticas para comunicar que mandaria armar a população para resistir. O alto oficialato do Exército, temendo ser substituído por milícias populares, negou-se a distribuir as armas aumentando a dissidência nas forças armadas. Arbenz não era mais obedecido como comandante supremo das Forças Armadas. Representantes das Forças Armadas temerosos de uma ação direta por parte do governo norte-americano reuniram-se com embaixador norte-americano para estabelecer um diálogo. Neste encontro, o governo dos EUA, por meio de seu representante, Peurifoy afirmou que o único problema entre os dois países era o comunismo. Diaz, representante das forças armadas, mostrou-se determinado a reprimir qualquer influência comunista desde que não fosse forçado a negociar com Castillo Armas. Após o entendimento entre ambas as partes, Diaz se dirigiu ao palácio presidencial onde comunicou sua deposição. No dia 27 de junho, Arbenz, através do rádio, pronunciava seu discurso de renúncia. Dias depois, uma junta militar, de forte caráter anticomunista, assumiu o governo.

A onda de protestos que a invasão na Guatemala gerou na América Latina não impediu o andamento da tratativas destinadas a convocação da Reunião Especial de Consulta. Os governos latino-americanos encontravam-se agora em uma difícil situação, uma vez que a onda de protestos que

<sup>106</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial urgente no. 154, ONU, 25 de jun. 1954.

<sup>107</sup> AHMRE-BR, Octávio de Souza Bandeira a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 31, Guatemala, 25 de jun. 1954.

assolava o continente pressionava os governos locais a não endossarem a convocação. Assim, se efetividade da OEA em aplicar a Declaração de Caracas contra a Guatemala, nas palavras de Henry Holland, representaria um teste de força global, sua continuidade mesmo após a invasão, somada aos boatos de que os EUA davam apoio a Castillo Armas, se configurariam agora num teste de unidade e frieza da diplomacia latino-americana frente ao clamor da sociedade latino-americana.

O governo Getúlio Vargas, mesmo diante dos acontecimentos, manteve-se firme na sua disposição em dar andamento a Reunião de Consulta. Perez Jimenez da Venezuela avisou que sua participação na Reunião estava condicionada a garantias por parte do governo Uruguaio de que não haveriam protestos contra o ditador. O governo brasileiro chegou a sugerir que o governo uruguaio fizesse um acordo tácito com a imprensa local para impedir ataques aos regimes ditatoriais. Em resposta, o governo uruguaio afirmou que poderia garantir a segurança dos delegados, mas que seu governo não possuía dispositivos legais para controlar a imprensa.<sup>108</sup> Diante do impasse a Reunião passou a ter como sede o Rio de Janeiro. Em 28 de junho, a proposta de convocação fora oficialmente a votação na sede da OEA. Votaram a favor da convocação dezoito governos. O Equador votou contra e o Uruguai, para a surpresa do governo brasileiro, se absteve. Nesta sessão, os governos da Argentina, Chile Equador, México e Uruguai tentaram, sem sucesso, propor que se discutisse a invasão da Guatemala na Reunião Especial de Consulta.<sup>109</sup> No dia seguinte a Reunião da OEA, Henry Holland informou ao governo brasileiro que a tomada do poder por uma junta fortemente anticomunista tornava a reunião desnecessária.<sup>110</sup>

Durante o movimento de derrubada do governo Arbenz, a única voz dissonante fora a do embaixador brasileiro em Quito, Carlos da Silveira Martins Ramos. Ex-embaixador na Guatemala, Martins Ramos apoiou em telegrama, sem respaldo do Itamarati, o governo Arbenz nos momentos iniciais da ação de insurreição.<sup>111</sup> Estampado nos jornais da Guatemala, seu

<sup>108</sup> Sobre as relações entre a política interna, externa e a opinião pública uruguaia frente a questão da Guatemala Cf. García Ferreira, Roberto. *Bajo vigilancia: la CIA, la policía uruguaya y el exilio de Jacobo Arbenz en Uruguay (1957-1960)*, Guatemala: CEUR-Editorial Universitaria, Universidad de San Carlos de Guatemala, 2013. pps. 34-41.

<sup>109</sup> AHMRE-BR, Fernando Lobo a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 102, OEA, 28 de jun. 1954.

<sup>110</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Vicente Ráo, telegrama confidencial, 279, Washington, 29 jun. 1954.

<sup>111</sup> AHMRE-BR, Otavio de Souza Bandeira a Vicente Ráo, telegrama secreto, Guatemala, 22 de jun. 1954.

telegrama recebeu recriminação de Vicente Ráo, provocando uma áspera troca de telegramas:

*Martins Ramos:* À Guatemala minha integral simpatia e os mais ardentes votos pelo triunfo da causa pela liberdade da democracia, e da dignidade continental que a Guatemala em sua luta titânica contra as forças da tirania do imperialismo, simboliza magnificamente. Fraternal saudação ao altivo povo e ao governo guatemalense.<sup>112</sup>

*Vicente Ráo:* Chegou ao meu conhecimento o texto, em cuja autenticidade não posso acreditar de uma mensagem de Vossa Excelência ao Presidente da Guatemala.<sup>113</sup>

*Martins Ramos:* A mensagem, de caráter estritamente pessoal, é autêntica. Oxalá seja Vossa Excelência, para maior glória do Brasil, defensor impertérito da democracia americana, cujos destinos se estão jogando tragicamente na Guatemala.<sup>114</sup>

*Vicente Ráo:* Não posso aceitar a alegação de que a mensagem de Vossa Excelência é de caráter estritamente pessoal, mormente porque envolve ponto de vista sobre a política exterior brasileira e foi assinada por um embaixador do Brasil. A exploração feita em torno de seu ato bem revela a inconveniência da atitude assumida por Vossa Excelência. Resolvi, por isso, adverti-lo e espero que, compreendendo a delicadeza da situação, não reincida o erro praticado.<sup>115</sup>

<sup>112</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos ao Presidente Arbenz, telegrama pessoal, Quito, 19 de jun. 1954. AHI, ME.

<sup>113</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a Carlos Silveira Martins Ramos, telegrama confidencial no. 35, Rio de Janeiro, 23 de jun. 1954. AHI, ME. 600 (24b).

<sup>114</sup> AHMRE-BR, Carlos da Silveira Martins Ramos a Vicente Ráo, telegrama confidencial no. 41, Quito, 23 de jun. 1954. AHI, ME. 600 (24b).

<sup>115</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a Carlos Silveira Martins Ramos, secreto, Rio de Janeiro, 25 de jun. 1954.

Vasco Leitão da Cunha, secretário-geral do MRE na época, quando questionado sobre o episódio, afirmou que a atitude de Martins Ramos era isolada. Ramos seria “teoricamente a favor do comunismo, mas não praticamente”. Ainda segundo Leitão da Cunha, Martins Ramos sempre dizia o que pensava e certa vez escreveu uma quadrinha, remetida a Getúlio Vargas: “Son las cosas del destino? O el destino das cosas? / Depues de Augusto Sandino? / E de Rodrigo El divino, / los Anastacios Somozas.” Cunha, Vasco Leitão da., *Diplomacia em Alto-Mar: depoimento ao CPDOC*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 190.

Para Cyro Freitas-Valle, embaixador no Chile, Silveira Martins estava errado; o comunismo na Guatemala era um fato. A defesa pela democracia de Carlos da Silveira Martins Ramos era, portanto, classificada como uma atitude pró-comunista. FGV-CPDOC, Fundo CFV. Cyro Freitas Valle a Vicente Ráo, Santiago, 12 de jul. 1954.

Para o governo brasileiro, a queda do governo Arbenz assegurava a pacificação do país e o fim da ameaça de controle do comunismo internacional.<sup>116</sup> Em conversa com Cabot Lodge na ONU, Hugo Gouthier recebeu a informação de que Dulles creditava a queda de Arbenz à ação de ambos os governos no Conselho de Segurança. Entusiasmado, Gouthier acreditava que o governo brasileiro poderia “tirar vantagem em matéria econômica” da situação, afinal “se não fora o Brasil, certamente o caso teria rumo diverso”.<sup>117</sup>

Meses mais tarde, quando compareci à festa de casamento de Manuel Vargas, no Palácio do Catete, disse-me em voz bem alta o Presidente Getúlio Vargas: “Se a revolução que você e o Ráo fizeram na Guatemala não tivesse dado certo eu demitiria os dois.” E, dando-me um forte abraço acrescentou rindo: “Você foi bem mais esperto do que muito chefe de missão que ficava me enviando mensagens confirmando a solidez de Arbenz e a fragilidade do movimento revolucionário. Não conte nada ao Ráo, porque pretendo fazer-lhe uma surpresa, mas quando ele vier me consultar sobre as próximas promoções no Itamarati, vou lhe dizer que já tenho um candidato e que é Hugo Gouthier de Oliveira Gondim.”<sup>118</sup>

### *O Brasil e os asilados da Guatemala*

O governo brasileiro atuaria, mais uma vez, na questão da Guatemala. A junta militar que assumiu o poder e era presidida por Castillo Armas, iniciou uma onda de repressão no país, levando vários cidadãos às embaixadas em busca de asilo. A embaixada do Brasil, por exemplo, possuía 40 asilados, classificados pelo Itamarati como “indesejáveis”. O mesmo governo que ajudara a depor Arbenz, teria agora de receber os asilados, para não ser acusado de desonrar a tradição americana de concessão de asilos.<sup>119</sup> Por fim, embarcaram para o Brasil 36 asilados. Se essas pessoas esperavam recomeçar sua vida em alguma grande cidade brasileira, estavam enganados. O tratamento dispensado aos asilados da Guatemala seria semelhante aos dos presos esquerdistas do início do século XX, ou seja, foram “re-exilados” ao serem enviados para locais, à época, ermos como o

<sup>116</sup> AHMRE-BR, Vicente Ráo a Embaixada em Assunção, telegrama confidencial no. 50, Rio de Janeiro, 01 jul. de 1954.

<sup>117</sup> AHMRE-BR, Hugo Gouthier a Vicente Ráo, telegrama confidencial urgente no. 156, ONU, 30 jun. de 1954.

<sup>118</sup> Bodas do filho de Getulio Vargas, em julho de 1954. Hugo Gouthier, *Presença*, p. 194.

<sup>119</sup> AHMRE-BR, Raul Fernandes a Francisco D’Alamo Lousada, telegrama confidencial no. 46, 20 de ago. 1954,

Amapá. Visando garantir que os exilados mandados a outros países do hemisfério não buscassem novo asilo no país, o Itamarati expediu circulares às suas representações ordenando a negação de “qualquer espécie de visto a exilados guatemalenses”.<sup>120</sup>

### *Posfácio*

Após analisarmos o posicionamento da diplomacia brasileira na questão da Guatemala podemos concluir que a Política Externa Brasileira durante os governos Dutra e Vargas se pautam pela continuidade dos esforços a **exaustão** do governo brasileiro em reviver o “mítico” relacionamento especial que os dois países mantiveram durante a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, vale dizer que a Conferencia Econômica Interamericana, programada para novembro de 1954, no Rio de Janeiro foi o último esforço neste sentido.<sup>121</sup>

Como mencionado anteriormente no texto, esta conferência teria sido a contraparte norte-americana no convencimento de parte dos governos latino-americanos a endossarem a resolução anticomunista. Nesta conferência, a delegação norte-americana, na liderança George Humphrey, secretário do Tesouro, relutou em comprometer seu governo com qualquer tipo de ajuda financeira a região, sepultando definitivamente qualquer possibilidade de aplicação de um plano econômico semelhante ao plano Marshall para a América Latina. É a partir do malogro desta conferência que o Itamarati inicia um longo processo de revisão frente a sua política

<sup>120</sup> AHMRE-BR, Itamaraty às missões diplomáticas encarregadas dos serviços consulares e aos consulados de carreira e privativos. Circular confidencial no. 2015, Rio de Janeiro, 04 de ago. de 1954.

<sup>121</sup> A pesquisadora Mônica Hirst em seu estudo sobre a política externa de Vargas sintetiza bem o momento quando afirma que a deterioração política do segundo governo Vargas se deu em parte ao fracasso do projeto de reativação de um alinhamento negociado com os Estados Unidos. O sucesso da fórmula aplicada no ano 40, fez com que fossem subestimados os condicionamentos externos e, também o peso das pressões internas a serem enfrentadas na década de 1950. Os espaços regidos da bipolaridade haviam transformado a hegemonia norte-americana no continente num dado “natural” que dispensava maiores atenções dos Estados Unidos. Em termos latino-americanos este quadro significou um processo de marginalização na escala de prioridades da política externa norte-americana. Os Estados Unidos, mobilizados pela reconstrução e pelo processo de formação das novas nações do mundo subdesenvolvido, percebiam a América latina como uma “área de influência” segura e estável. Cf. Hirst, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas*, Textos Coleção – CPDOC, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 108.

com o governo dos Estados Unidos. A retórica nacionalista finalmente ressoava no Palácio do Itamarati?

Em princípio as fontes documentais que analisamos apontam neste sentido. Nada é mais simbólico do que a atitude do embaixador João Carlos Muniz, o mesmo diplomata que negociara em nome do governo brasileiro, junto as autoridades norte-americanas, o processo de condenação da Guatemala, propunha diante da relutância norte-americana em prestar auxílio econômico ao hemisfério, a necessidade de revisão da política externa brasileira. Aproveitando-se da ocasião do lançamento pelo Departamento de Estado de uma pequena publicação intitulada: “Nossos parceiros do Sul”, que tinha como objetivo responder ao ressentimento público dos governos latino-americanos gerado pelo fracasso da Conferência Econômica no Rio de Janeiro, Muniz ressaltava a significativa sutileza retórica no tratamento com os países latino-americanos. A substituição do termo vizinho (Política da Boa Vizinhação) por parceiro sinalizava para Muniz de forma clara que a administração Eisenhower possuía uma preocupação global e não regional.<sup>122</sup> Atitude que na visão do embaixador era perturbadora, pois o enquanto o governo Eisenhower negava empréstimos aos países latino-americanos, anunciava um plano de desenvolvimento econômico a base de fornecimento de capitais públicos para combater o comunismo na Ásia.<sup>123</sup> A solução para Muniz deveria residir na capacidade de liderança brasileira em formar um grupo para coordenar interesses regionais.<sup>124</sup> A reflexão de Muniz motivou debate interno Itamarati acerca da continuidade futura da aliança estratégica com os EUA:

É de inegável fundamento a crítica formulada pelo embaixador em Washington, sobre a relativa inabilidade da política dos EUA com relação a América Latina, a qual parece devida principalmente a falta de grupos de pressão interna, que são o motor clássico da ação do Congresso e do governo daquele país.<sup>125</sup>

Convidado a opinar o chefe do Departamento Político e Cultural, Henrique Souza Gomes, reconhecia a prioridade asiática do governo Eisenhower, mas se mostrava cético quanto as possibilidades de uma ação

<sup>122</sup> AHMRE-BR, João Carlos Muniz a Raul Fernandes, ofício confidencial, Washington, 3 de jan. 1955.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 6

<sup>125</sup> AHMRE-BR, Everaldo Dayrell de Lima a Vasco Mariz, memorando confidencial, Rio de Janeiro, 26 de fev. 1955.

conjunta dos países latino-americanos destina a atrair a atenção norte-americana. Para Edmundo Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico a questão deveria ser trabalhada por meio de um sólido planejamento estratégico que permitisse ao governo brasileiro manter a solidez necessária para liderar uma frente contra ou a favor de qualquer país.<sup>126</sup> Apesar do reconhecimento na deterioração de relações ambos acreditavam que a formação de uma frente multilateral não seria eficiente para resolver o problema. Essa questão seria bem retratada no memorando apresentado pelo chefe da divisão econômica do Ministério das Relações Exteriores João Batista Pinheiro:

Quanto à formação de uma frente latino-americana em defesa dos interesses comuns no hemisfério, parece-me s.m.j. iniciativa extremamente delicada. Melhor seria talvez evitá-la porque: primeiro dificilmente conseguir-se-ia evitar que semelhante movimento tomasse o aspecto de uma coalizão contra os EUA. Em outro plano e com outra intenção, o Brasil estaria tentando fazer um jogo na qual a Argentina não teve êxito. Em segundo lugar, a experiência parece demonstrar que nossas pretensões são menos mal entendidas em negociações bilaterais do que em negociações coletivas nas quais o Brasil é colocado em pé de igualdade com vinte outras nações que se julgam com direito a tratamento idêntico.<sup>127</sup>

O exame das fontes não permitem afirmar se o Itamarati chegou a alguma conclusão definitiva. Não entanto é inegável que muitas das futuras ações da diplomacia brasileira esboçavam movimentos em direção a maior independência da política externa brasileira como a retomada do intercâmbio comercial com a URSS e a aproximação com os países africanos e não alinhados. Na América Latina o governo brasileiro assumiria uma política de caráter mais “argentina” com o lançando a Operação Pan Americana. A exceção do hiato relativo aos primeiros anos da ditadura brasileira, a diplomacia brasileira jamais atuaria de forma tão estreita junto ao governo norte-americano. Chegava ao fim o período de alinhamento ideológico incondicional com os EUA.

<sup>126</sup> AHMRE-BR, Edmundo Barbosa da Silva ao Secretário-Geral, memorando confidencial, Rio de Janeiro, 25 de fev. 1955; Henrique Souza Gomes ao Secretário-Geral, memorando, Rio de Janeiro 24 de jan. 1955.

<sup>127</sup> AHMRE-BR, João Batista Pinheiro ao Secretário-Geral, memorando confidencial, Rio de Janeiro, 29 de jan. 1955.